JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 17 — Quinzenal — 26 de novembro de 1982 — Cr$ 80,00

Recado do Lula

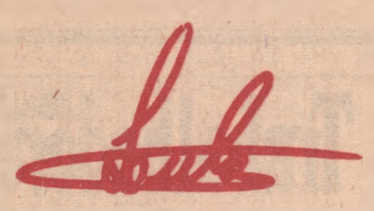
Novos aumentos

Nem bem acabou a votação, e o Governo já recrudesce a inflação.

A gasolina deve aumentar nos próximos dias. E o aumento não vai ser mole: mais de vinte por cento. Na cidade de São Paulo, as tarifas de ônibus deram um pulo astronômico: mais de 35 por cento. Eram trinta e sete cruzeiros e passaram para cinquenta. Os donos das empresas queriam mais, o que significa que logo logo vão conseguir. O leite também aumentou de preço em quase todo o País, variando a porcentagem de Estado para Estado. Com o aumento da gasolina, outros produtos também vão ter seus preços majorados em breve.

Enquanto isso, a General Motors do Brasil demitiu, de uma só tacada, seiscentos empregados na sua fábrica de São José dos Campos. A Mercedes, que tinha dado férias de oito dias para seus empregados, vai aumentá-las para 39 dias. Embora tenha declarado que não demitirá ninguém, é provável que a Mercedes também dispense pessoal.

Bom, tudo isso não é novidade. Mas é importante lembrar, mais uma vez, que não bastam eleições para conquistar uma vida melhor para os trabalhadores. Cada trabalhador precisa ter consciência de que não basta, pura e simplesmente, ter depositado seu voto na urna. Ele precisa organizar-se, junto com seus companheiros, em cada fábrica, em cada escritório, em cada pedaço de terra, para lutar por seus direitos, que ninguém vai lhe dar de mão beijada.



Petistas avaliam campanha

Conhecidos os primeiros resultados eleitorais, o Partido dos Trabalhadores já iniciou o processo democrático de avaliação. Veja as páginas 2, 4, 5

III Enclat reuniu mais de 500 delegados

P. 6

Gilsão, do PT, agora é prefeito de Diadema

P. 5

Editorial

O PT e as Eleições

As deficiências principais da campanha eleitoral

P. 2

Professores em greve por melhor ensino

P. 6

Prefeito da Capital, o abacaxi do PMDB

P. 3

Como o Premê dita o breque

P. 7

Preencha o questionário sobre o PT

P. 4

Editorial

O PT e as Eleições

Este editorial está sendo escrito quando ainda não terminaram as apurações eleitorais para todos os cargos, em todo o País. Mas os resultados já divulgados permitem perceber a configuração geral das modificações havidas no plano político. Cabe, portanto, um esboço de análise, ainda que provisório.

Do ponto de vista dos problemas fundamentais da classe trabalhadora no País, pouquíssima coisa mudou de fato. Determinados setores da classe dominante foram substituídos por outros, em alguns Estados, e em muitos, os mesmos setores permaneceram com o Poder, havendo apenas troca de nomes. Grande parte do eleitorado votou contra o PDS. O Governo, portanto, perdeu politicamente. Mas o regime se fortaleceu e conseguiu iniciar seu processo de legitimação. As alterações ocorridas na superfície política não significaram qualquer mudança profunda na estrutura sócio-econômica. Os trabalhadores, na sua imensa maioria, continuam afastados tanto do Poder quanto dos processos decisórios.

Todos os candidatos eleitos fizeram, em suas campanhas, uma série de promessas liberalizantes. Principalmente os do PMDB e do PDT. Os trabalhadores vão acompanhar atentamente os seus mandatos, para verificar quais as promessas que serão cumpridas.

★

Nesse quadro, o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores necessita de uma avaliação crítica ampla, sistemática, organizada e coletiva. As direções do PT já deflagraram o processo dessa avaliação, que as bases, espontaneamente, também já estão fazendo. E é possível adiantar, aqui, algumas observações que podem servir de sugestões nesse processo.

Qualquer avaliação séria e honesta deve iniciar-se pela questão básica, que é a de verificar se a proposta política fundamental do PT — de organização da classe trabalhadora — sofreu algum tipo de prejuízo irreversível ou grave.

A resposta é não.

Ao contrário, a proposta política do Partido dos Trabalhadores, se comparada com o que havia quatro anos atrás, frutificou, ampliou-se e se fortaleceu. O simples fato de o PT ter sido fundado, ter [illegible] seu registro oficial, ter entrado na campanha eleitoral, ter lançado candidatos majoritários em praticamente todos os Estados, e proporcionais em centenas de Municípios, ter difundido seu programa e suas plataformas, é uma prova do fortalecimento da proposta política básica do Partido. Ao contrário de outras legendas, o PT não postergou o seu nascimento, nem se dissolveu ou fundiu em outras, nem se descaracterizou com a voracidade de abranger em seu interior as mais heterogêneas e contraditórias correntes, nem desistiu de competir, mesmo diante das maiores adversidades interpostas quer pelo regime, quer pela classe dominante travestida sob várias formas e representada em vários partidos.

★

Apesar disso, a abertura das primeiras urnas causou, em inúmeros petistas, compreensíveis sentimentos de frustração, quando não de perplexidade, e a vaga sensação de que os resultados alcançados foram desproporcionalmente inferiores às esperanças depositadas e aos esforços despendidos.

É que, em seu desempenho eleitoral, o Partido demonstrou diversas deficiências, algumas de peso. Elas não devem ser nem escamoteadas, nem minimizadas, mas também não podem ser exageradamente aumentadas, nem absolutizadas. Devem ser expostas e debatidas com objetividade, clareza e honestidade, e corrigidas.

A primeira dessas deficiências foi a própria expectativa, nascida ou do entusiasmo ou da inexperiência de muitos, de que o PT, neste seu primeiro teste eleitoral, e há três anos apenas de seu surgimento, poderia ter tido resultados numéricos fundamentalmente diferentes dos que obteve. Erraram, principalmente, os dirigentes ou candidatos que estimularam essa visão exageradamente otimista ou que não souberam ou não conseguiram imprimir um pouco mais de indispensável realismo ali onde vicejava o fácil triunfalismo.

Houve, certamente, insuficiência de análise quando não se levou na devida conta a necessidade sentida, por grande parte da população, da convicção de uma vitória agora, já, mesmo que simbólica, aparente ou superficial, sobre os candidatos mais escandalosamente representativos da corrupção e da repressão que caracterizam o regime vigente. O PT trabalhou mal e pouco esse dado da realidade e não soube ou não conseguiu capitalizar esse sentimento do eleitorado para a sua própria proposta política, não tendo podido evitar que ele fosse arrebatado por outras legendas e outros candidatos.

Também houve deficiências no preparo da organização partidária para enfrentar a dura luta eleitoral. A preocupação com as eleições começou quando mal terminava a outra batalha — a da filiação, nucleação e registro — que, em muitos casos, quase esgotara os parcos recursos materiais do Partido e muito cansara seus abnegados recursos humanos. A campanha eleitoral encontrou o PT, em muitos lugares, quase desguarnecido, em situação insatisfatória de finanças e nucleação, com falhas no funcionamento e no entrosamento de diretórios e dos vários organismos que deveriam conferir ao Partido a sua indispensável infra-estrutura.

Iniciada a campanha, nem sempre soube o Partido entender as íntimas relações entre a luta popular e a luta eleitoral. Em muitos casos, entrou tímido na campanha, como que envergonhado de tentar conquistar votos. Em outros, desregrou-se no açodamento eleiçoeiro, e, apesar de reiteradas advertências da direção central, os ensinamentos e as orientações das plataformas e da Carta Eleitoral muitas vezes não foram seguidas.

Certamente também houve, aqui e ali, falhas no processo e no resultado das escolhas das candidaturas, majoritárias ou proporcionais. Com raríssimas exceções, o processo foi democrático. Mas nem sempre atendeu a outros requisitos políticos e eleitorais que se fazia mister estarem presentes: representatividade, prestígio público, liderança, equilíbrio, fidelidade ao programa do Partido, cumprimento das recomendações táticas e firmeza e capacidade para enfrentar as cruas durezas de uma campanha eleitoral. Em muitos casos, por razões políticas equivocadas, Estados e Municípios sequer apresentaram à disputa chapas completas.

Também demorou-se demais o PT em ir às ruas e praças, devido a numerosos e múltiplos fatores, entre os quais não têm pouco peso a lentidão e a morosidade de alguns processos decisórios. Entre as primeiras reuniões de definições eleitorais e o momento de início da campanha propriamente dita, muitas vezes se interpuseram intervalos injustificáveis e vazios políticos que prejudicaram o desenrolar posterior do processo eleitoral.

Houve, também, falta de maior clareza e entrosamento entre a estrutura orgânica permanente do Partido (Núcleos, Diretórios, Secretarias, Comissões) e os Comitês Eleitorais. Em muitos casos, uns se apagaram diante dos outros, ou se atropelaram uns aos outros, ou, pior ainda, caíram na inércia ou se dissolveram, na expectativa de que "o outro" fizesse a parte de ambos.

Assim, os elementos fundamentais de uma campanha eleitoral — direção política, unificação, finanças, propaganda, organização e operacionalidade — deixaram de existir ou foram insatisfatórios em muitos casos. Resultado: algumas omissões, gestos desastrados, atitudes individuais tomadas por candidatos em palanques e debates, algo da imagem propagandística projetada para a opinião pública, nem sempre decorreram de análises serenas e deliberações refletidas; em vários lugares e em muitos momentos, foram mais o fruto da improvisação tentando cobrir o vazio do planejamento ou da organização.

E, finalmente, a mobilização dos próprios filiados e simpatizantes foi insatisfatória. Apesar de inegáveis provas de esforço e dedicação, e de alguns êxitos espetaculares em concentrações, comícios e passeatas, nem todos os filiados, militantes, simpatizantes e eleitores potenciais deram de si o máximo de seu esforço para o bom desempenho da campanha. Ou por não estarem ainda acostumados à prática do exercício cotidiano da política, ou por se deixarem ingenuamente iludir pelas teses oportunistas do voto útil e do voto covarde — lançadas e difundidas pelos inimigos da classe trabalhadora — ou, ainda, por não dominarem inteiramente, dentro de si, a tendência indisciplinadora de delegar aos outros a própria tarefa, a verdade é que muitos petistas pouco contribuíram para a campanha do PT, quando não dela se afastaram inteiramente, chegando até, algumas exceções, a votar em candidatos de outros partidos. Em compensação, milhares de novos simpatizantes a ela aderiram, entusiasticamente, vindo juntar-se à imensa maioria dos que permaneceram fiéis e dedicados, e numerosas novas lideranças legítimas despontaram. São esses — não os outros — os que vão constituir, doravante, a alavanca motora principal do PT.

Essas são, numa primeira análise, algumas das principais deficiências gerais da campanha eleitoral petista, e dentro delas, ou delas decorrentes, encontram-se numerosas falhas, equívocos, erros e defeitos menores.

★

Com todas essas deficiências — e além delas — o Partido dos Trabalhadores teve de enfrentar um conjunto extremamente poderoso e multifacetado de obstáculos, inimigos, adversários, competidores, rivais e concorrentes.

Já falamos dos óbvios e gerais: o regime e a classe patronal dominante. Mas é conveniente chamar a atenção para alguns específicos:

Os casuísmos eleitorais do Governo (lei dos partidos, voto vinculado, cédula oficial, lei Falcão), que prejudicaram o PT mais do que o próprio Partido fora capaz de avaliar que o fariam.

As vacilações e hesitações de muitos setores da população, que preferiram a mudança aparente à mudança real.

O sistemático trabalho de desgaste e desmoralização do PT e de seus principais líderes, engendrado e executado tanto pela direita, quanto pelas instituições mais caras do chamado centro da sociedade civil, e por setores de esquerda, quer no plano eleitoral, quer no plano sindical e popular.

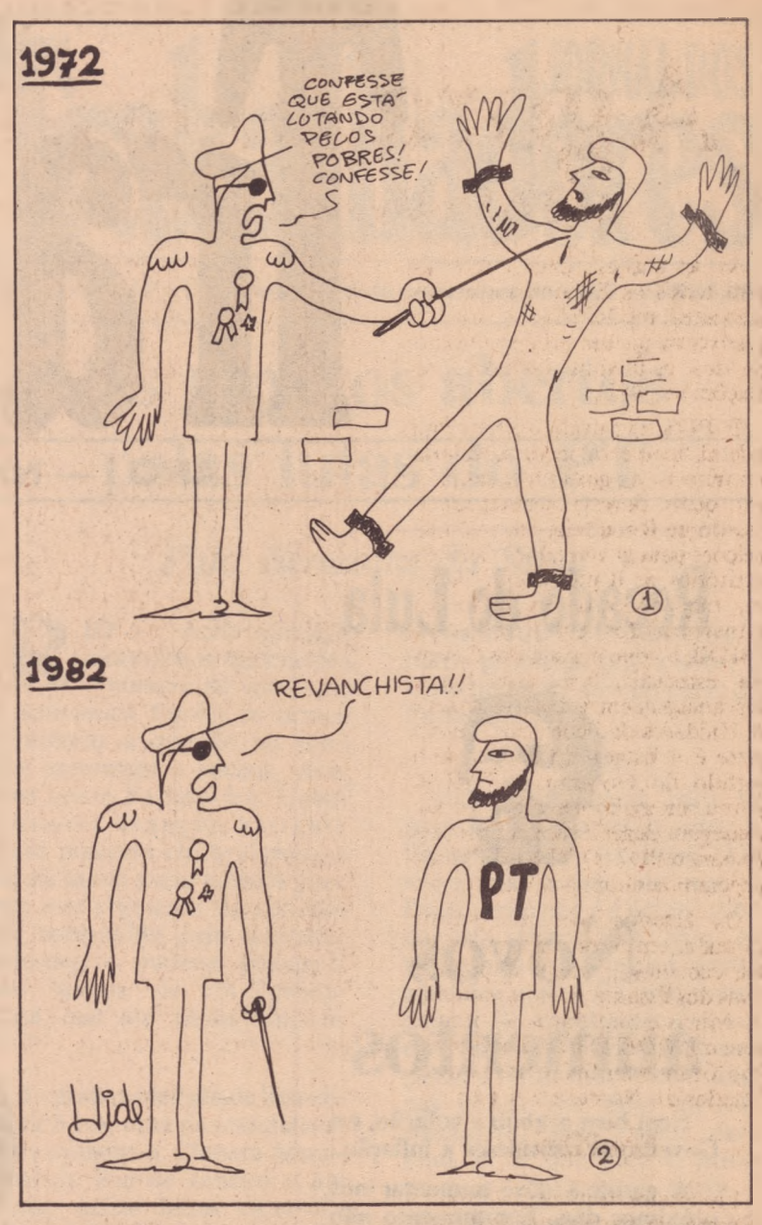
A manipulação odiosa de preconceitos burgueses os mais conservadores e reacionários (o despreparo escolar, a não-especialização técnica e administrativa, a "incompetência", o voto "no que vai ganhar", o voto "no que pode tomar posse", etc.), elaborada e difundida exatamente pelas camadas intelectuais que se julgam ou se autoproclamam "progressistas".

E, finalmente, o imenso, o escandaloso poderio econômico dos grandes partidos — que, nesse pútrido terreno, se emularam e se igualaram — e cujas origens obscuras acabarão, pouco a pouco, por ficar cada vez mais claras à medida que forem sendo revelados e expostos os compromissos, os recuos, as omissões, os conchavos, e as escolhas de auxiliares, apaniguados e beneficiários diretos.

★

E contudo — não obstante tudo isso — em termos estritamente numéricos, do ponto de vista puramente eleitoral, o Partido dos Trabalhadores não perdeu, se se o compara não com a expectativa que em torno dele se criara, mas com o que tinha antes das eleições. Ao contrário, ganhou. Embora ainda não estejam de todo terminadas as apurações, em Estados como Acre, Minas, Rio e São Paulo, o PT aumentou a sua bancada estadual onde a tinha e criou novas onde não as tinha, aumentou sua representação na Câmara Federal, elegeu deputados e vereadores em Assembléias e Câmaras em que era inexistente, e conquistou algumas Prefeituras, que hão de ser o laboratório e a forja das propostas políticas e populares de Governo do PT.

Passados os momentos de frustração inicial, e estando já em andamento o processo de avaliação e correção das insuficiências observadas e das falhas cometidas, o sentimento que se torna cada vez mais generalizado nas bases partidárias e nas suas direções parece ser altamente positivo: o de que, como o próprio PT sempre afirmou, nossa luta não termina com as eleições. Prossegue com elas e apesar delas, e se ampliará cada vez mais, buscando, na nucleação de companheiros, o caminho para o engrandecimento do Partido. E os petistas, firmes e decididos, mais fortes, mais unidos e mais numerosos, intensificarão cada vez mais sua presença e atuação nos movimentos populares, na sua tarefa histórica e inalienável de organizar e libertar a classe trabalhadora brasileira.



Aos Leitores

Lamentavelmente, o **Jornal dos Trabalhadores** também foi obrigado a reajustar o seu preço de capa, que pasa, a partir deste número, a Cr$ 80,00 por exemplar. Iniciado em março, a Cr$ 50,00, o jornal vinha conseguindo resistir aos aumentos de todos os outros custos — papel, produção gráfica, tarifas postais e telefônicas, transporte, etc. — sem alterar o seu preço. Mas agora isso já não é mais possível, sob pena de inviabilização do jornal. Em decorrência, sobem também os preços de assinaturas semestrais e anuais, e ficam estabelecidos dois novos tipos de assinaturas: **para o Exterior** (só semestrais) e **de apoio** (para os que, desejando auxiliar o **Jornal dos Trabalhadores**, tenham condições de fazê-lo). Preços e condições, no cupom estampado nesta edição.

O **Jornal dos Trabalhadores** também passa, a partir deste número, a dedicar maior espaço ao noticiário sobre o Partido dos Trabalhadores e ao debate de suas posições políticas, atendendo a numerosas sugestões nesse sentido, vindas de vários pontos do País, e endossadas pela direção nacional do PT. Como ainda não é possível, do ponto de vista financeiro, aumentar o número de páginas do jornal, a modificação implicou em outras: o noticiário sindical e popular passou para a página 6, e o PT ganhou duas páginas, a 4 e a 5. Na última, lutas no campo e demais lutas populares.

Nesta edição, especialmente, um amplo questionário, a ser respondido por todos os leitores, como contribuição para a avaliação crítica do desempenho do PT na campanha eleitoral e para as tarefas de fortalecimento político e organizativo do Partido daqui para a frente. Também apenas nesta edição, por questões de espaço, não saem as Seções **Pergunta e Resposta, Cartas, Internacional, Tribuna Livre** e **Agenda dos Trabalhadores**, que retornarão a partir do próximo número.

Assine o Jornal dos Trabalhadores

Assinale o tipo de assinatura que V. quer e envie este cupom, corretamente preenchido, juntamente com cheque nominal, cruzado, em nome de **Jornal dos Trabalhadores, Assinaturas,** rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP.

Nome .....

Profissão .....Idade .....

Endereço (rua número) .....

Cep ....Cidade.....Estado .....

☐ Cr$ 1.100,00 (12 números)

☐ Cr$ 2.200,00 (24 números)

☐ Cr$ 5.000,00 (**apoio,** 24 números)

Para o Exterior (12 números): ☐ Cr$ 3.000,00 (Grupo I - A. Sul e A. Central)

☐ Cr$ 4.000,00 (Grupo II - A. Norte, Port. Esp.)

☐ Cr$ 5.000,00 (Grupo III - o resto do Mundo)

Cotação aproximada nesta data: Cr$ 3.000,00 = US$ 13; Cr$ 4.000,00 = US$ 18; Cr$ 5.000,00 = US$22.

Jornal dos Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional. Quinzenário Reg. 055615/82, Publicação da Universal S/C Ltda. (CGC: 47.826.904/0001 (34). Redação e Administração — Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 - São Paulo - SP - Brasil - Tel.: 531-0618.

Editor responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Composição, Fotolito e Impressão. Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 212-5061 e 814-4046.

SIGNIFICADO DAS ELEIÇÕES

Agora, o equilíbrio político

O PDS sofre uma derrota eleitoral, mas o regime busca legitimar-se

As apurações finais e oficiais para todos os Estados ainda não estão inteiramente definidas, mas já é possível traçar um primeiro balanço dos resultados políticos das eleições de 1982.

O PDS, o partido do Governo federal, ficou com pequena maioria em número de governos estaduais, aos quais deve-se acrescentar o Estado de Rondônia, onde não há eleições para governador e mais os territórios de Roraima e do Amapá, que poderão em breve ser transformados em Estados. O PMDB, o novo partido dos Governos estaduais, ficou com ligeira desvantagem em termos de número de Unidades da Federação. Caso à parte é o Estado do Rio, onde o partido do Governo, o PMDB, sofreu sua maior derrota, pois não conseguiu eleger o sucessor perdendo para o PDT. O PTB e o PT não elegeram nenhum governador.

Os Estados não se igualam, contudo, em termos de importância econômica, social e política. Dois dos Estados mais importantes — Minas e São Paulo — ficaram com o PMDB. O PDS ficou com o Rio Grande do Sul, com todos os Estados do Nordeste e outros.

Os trabalhadores só conseguirão participar do Poder quando se organizarem para fazer política pelas próprias mãos (Foto: Peter Overbeck)

Equilíbrio

Em termos de número de votos e número de parlamentares eleitos, houve um certo equilíbrio compensatório entre os dois maiores partidos brasileiros, o PDS e o PMDB.

O primeiro ainda pode reter a maioria do Congresso: no Senado, graças aos biônicos, e, na Câmara dos Deputados, graças a algumas dezenas de votos. Mas, como os Estados em que perdeu são os de maior densidade eleitoral, o PDS recebeu menos de 50% dos votos dos quase 60 milhões de eleitores. Em compensação, o PMDB aumentou o número de bancadas estaduais e o de Municípios sob seu controle, em todo o País. O PDT e o PTB também tiveram bancadas estaduais e federais razoáveis, embora mínimas diante do quase bipartidarismo reinstalado no País.

Com poucas exceções — São Paulo é uma delas — tanto o PDS quanto o PMDB ganharam apertado, isto é, por pequena margem de diferença de votos, em seus respectivos Estados.

Isso tudo significa um certo equilíbrio de forças políticas, tanto no plano federal quanto no estadual Mas como, num e noutro, o PDS vinha até agora com a maioria, o atual equilíbrio representa um ligeiro recuo quantitativo do Governo em relação às fases anteriores. Pelo menos é esse o quadro que se pode desenhar agora, antes de oficialmente terminadas todas as apurações.

Legitimação

Em compensação, o PDS teve um significativo ganho qualitativo, em relação ao que detinha até então: é que, agora, os seus governadores não são biônicos, são eleitos e contam, onde ganharam, com respaldo popular, o que torna completamente diferente a relação de forças políticas entre situação e oposição em cada Estado do Brasil e entre o conjunto dos Estados e o Governo Central.

Por seu lado, o PMDB, nos Estados em que ganhou com boa margem, como em São Paulo, pôde eleger prefeitos, bancadas municipais, estaduais e representação na Câmara federal com igual respaldo popular, o que também lhe conferirá cacife político nos confrontos com seus rivais e inimigos.

Com a exceção já citada do Rio de Janeiro, os partidos pequenos — PDT, PTB e PT — não fizeram grandes bancadas, mas também não foram alijados do cenário político. Em São Paulo, o PTB conseguiu eleger prefeitos, deputados e vereadores, e o PDT, no Rio e no Rio Grande do Sul, elegeu bancadas razoáveis.

Em termos nacionais, e em relação aos demais o partido que fez os menores avanços em termos numéricos eleitorais foi o PT.

O plano institucional

Com tal equilíbrio de forças e com vitórias apertadas de um e de outro dos maiores partidos, PDS e PMDB, é difícil prever qualquer modificação de vulto no plano institucional, nos próximos tempos.

Essa dificuldade é acrescida do fato de que, dadas as características da campanha eleitoral — em que a corrupção, a intimidação e repressão, e o poderio econômico jogaram papel importantíssimo — pode-se também prever que, com raras exceções, a grande maioria dos eleitos nas Câmaras, nas Assembléias e no Congresso federal irá representar e defender interesses conservadores, ou quando muito, conservadores-liberais.

Certamente há exceções, e, nas bancadas do PMDB, do PDT e do PT, haverá vozes progressistas e combativas. Mas serão exceções notáveis. A grande, a imensa maioria dos parlamentares eleitos em 15 de novembro é, ainda, infelizmente, representativa das classes dominantes. Ver-se-á certamente, em muitos lugares e em muitos momentos, pouca ou nenhuma diferença entre alguns eleitos do PDS e alguns eleitos por outros partidos, notadamente PMDB e PTB.

O próprio significado das expressões "situação" e "oposição" mudará. Em São Paulo e nos demais Estados onde ganhou, o PMDB passa a ser a situação, isto é, o partido do Governo. O PDS passará a ser oposição em muitos Estados e Municípios. No Rio, agora a situação é o PDT, e o PMDB e o PDS estarão, ambos, na oposição. Do PTB — dada a sua natural incaracterização ideológica ou política — nada se pode prever. O único partido rigorosamente na oposição, no Brasil de hoje, é o PT, com exceção das poucas Prefeituras onde conseguiu eleger seus candidatos.

Oposições

Nesse quadro, a partir de 15 de novembro já não tem mais qualquer sentido falar em "oposição", no singular. Haverá várias oposições, que terão de ser qualificadas, cada uma, dependendo das características de tempo e lugar, e, principalmente, de prática política.

Por essas razões todas é que dificilmente podem ser esperadas modificações institucionais importantes para breve. Dificilmente essa correlação de forças de governadores e de parlamentares revogará a Lei de Segurança Nacional, ou modificará as relações de propriedade da terra, ou as relações entre Capital e Trabalho. Também não dará qualquer passo no sentido de abolir as redes privadas de educação e saúde, ou, ainda, conceder autonomia e liberdade sindicais e direito de greve.

Ao contrário, nos próximos dois anos, o grande tema político que guiará as forças conservadoras ou liberais que foram eleitas será o da eleição para a Presidência da República e algumas modificações constitucionais de menor monta.

A crise econômica

O quadro não deve ser visto com absoluto pessimismo no plano político, porém. De alguma forma, o regime ditatorial implantado em 1º de abril de 1964 vem sofrendo significativas modificações nesses dezoito anos, e esta, representada pelas eleições de 15 de novembro, foi uma das mais importantes. Houve a quebra do predomínio absoluto do regime no plano dos Governos estaduais, e visível recuo no plano parlamentar. Também houve outro fato positivo: a quebra do monopólio das oposições por um só partido.

Isso quer dizer que se começa a falar a sério num processo de democratização. E, ainda, que a antiga ditadura militar tende a ceder lugar, cada vez mais, à predominância quase absoluta da clássica e conhecida ditadura burguesa, ou ditadura das classes econômica e politicamente dominantes, com alguns resquícios, ainda, de autoritarismo militar em áreas mais ou menos definidas. É, portanto, uma situação diferente da que o País viveu em 64, em 68, em 74 ou em 78.

A nova situação — ou, na verdade, o novo regime brasileiro — no entanto não terá condições de vencer plenamente o seu grande inimigo, que é a crise econômica, gerada e multiplicada pela situação anterior. Não há sinais visíveis, por enquanto, de recuo da recessão e do desemprego, nem solução à vista para a questão da dívida externa, nem qualquer possibilidade imediata de reforma agrária, nem brechas razoáveis para a desconcentração da renda e para aumentos salariais significativos. Ao contrário, alguns elementos mais cotidianos da economia tendem a se agravar, como o custo de vida (logo após as eleições, houve aumento do preço do leite, de tarifas telefônicas, de tarifas de ônibus urbanos, e se fala num iminente aumento de preço da gasolina).

O desemprego recrudesce (a General Motors demitiu 600 empregados e a Mercedes prolongou a suspensão de produção). Os aumentos de aluguéis, já fixados, continuam, e as tarifas de serviços públicos continuarão crescendo quase mensalmente, sob o impacto de múltiplos fatores sobre os quais os governadores não terão quase nenhum controle.

Os novos Governos

Evidentemente, os novos governadores se esforçarão para fazer o melhor possível, quaisquer que sejam os partidos sob os quais foram eleitos. Procurarão atenuar ou eliminar a corrupção administrativa, as regalias e os benefícios das autoridades, imprimir uma certa racionalidade nos serviços públicos e um certo desafogo na relação entre governantes e governados. Todos sabem que, de alguma forma, as promessas que fizeram durante a campanha eleitoral lhes serão cobradas, e todos, igualmente, estão de olho na sucessão presidencial daqui a dois anos e na própria sucessão, no final de seus mandatos.

Mas dificilmente encontrarão êxito. Encontrarão, isso sim, tesouros combalidos, orçamentos comprometidos, tributações malfiscalizadas, despesas já assumidas mal controladas, e, graças ao processo democrático, demandas e reivindicações crescentes e cada vez mais arrojadas.

Passarão os primeiros tempos de seu mandato tentando, simultaneamente, pôr a casa em ordem, honrar os compromissos políticos assumidos durante a campanha e atender aos cidadãos. E poucas forças terão — ou nenhuma vontade — para enfrentar diretamente exigências das multinacionais, do sistema bancário, dos grandes latifundiários, dos grandes empresários nacionais. Por causa da opinião pública, ficarão com receio de aumentar a dívida externa, e por causa dos grupos de pressão, não terão como aumentar a receita interna. Terão dias difíceis pela frente. No começo, seus eleitores apertarão o cinto e continuarão lhes dando apoio. Com o passar do tempo, porém, o povo começará de novo a gritar.

O plano popular

E é aí que ressurge, com importância maior do que até agora tem tido, o papel do movimento popular, aí englobados o movimento sindical, as associações profissionais, de moradores e de favelados, os movimentos específicos das mulheres, os movimentos das minorias e dos marginalizados, os mil tipos de centros comunitários e a luta no campo.

É necessário não supor, contudo, que, nos movimentos populares, já esteja dada a consciência da necessidade de travar essas lutas. Ao contrário: o exame, mesmo que superficial, dos resultados das eleições, mostra que essa consciência tem nível ainda extremamente baixo.

Dos sessenta milhões de eleitores a imensa maioria é constituída de trabalhadores, tomado o termo no seu sentido mais lato, englobando, portanto, setores das classes médias.

Esse imenso eleitorado fez, a 15 de novembro, suas mais importantes opções pelos dois partidos tradicionais, o PDS (conservador) e o PMDB (conservador-liberal, ou seja, conservador em termos de regime, liberal em termos de relações entre o Estado e as áreas da sociedade civil que representam os interesses das classes dominantes). De qualquer forma, são partidos que, objetivamente, não representam os interesses reais da classe trabalhadora.

Quando esse esquema foi quebrado — com exceção dos votos dados ao PT — os trabalhadores preferiram votar em Brizola ou Jânio Quadros. No primeiro, por razões que se encontram tanto na figura carismática do antigo governador gaúcho quanto na peculiar conjuntura do Rio. E, em Jânio, por terem acreditado na retórica moralizante antigovernamental que o ex-presidente sabe manipular muito bem.

De qualquer maneira, é do plano dos movimentos populares que poderão sair as grandes, as verdadeiras e as únicas modificações importantes, cujo peso maior ou menor acabará por se fazer sentir nos planos parlamentar e institucional. Da capacidade de os trabalhadores, principalmente, se organizarem e lutarem, através dos sindicatos e dos demais instrumentos de luta popular, é que vai depender a conquista de alguns direitos, de alguns avanços na qualidade de vida.

Obstáculos

Essa luta, todavia, não vai ser fácil, porque encontrará dois grandes obstáculos pela frente — um é a própria desmobilização relativa dos trabalhadores e dos setores populares, e outro é o fato de que os novos governantes, do PDS ou do PMDB, se esforçarão ao máximo para impedir, para conter, para neutralizar ou, pelo menos, para conformar as reivindicações populares aos estreitos limites do que podem ou querem conceder.

Dificilmente usarão, em primeiro lugar, a repressão direta, ou, pelo menos, hesitarão muito antes de fazê-lo. Mas usarão de outras táticas, mais suaves e mais eficazes: a persuasão, a tentativa de suborno e corrupção, a cooptação, a aparência de participação, o controle das organizações populares por correntes políticas que de bom grado se prestarão a esse ignóbil serviço, e muitos outros e continuarão a usar, como sempre têm feito, as classes burguesas dominantes, os poderosos órgãos de comunicação de massa, a grande imprensa, a televisão, para impor uma ideologia que leve os setores populares a se sentirem satisfeitos com o que têm, envenhados de pedir mais ou culpados de exigir mudanças.

Nessa linha, tanto o PDS quanto o PMDB se esforçarão ao máximo para manter ou obter o controle das organizações sindicais, das organizações profissionais e liberais, das organizações de bairros, de setores de atividade ou quaisquer outras.

A verdadeira luta política se travará aí — onde, aliás, ela já começou — e os trabalhadores terão de despender um grande esforço para não ceder sua autonomia e sua independência diante das atrações ou das ameaças dos poderes dominantes.

Papel do PT

E é exatamente nesse plano que o Partido dos Trabalhadores poderá encontrar seu espaço de atuação política mais próprio, mais natural e mais eficaz. Dependerá, também, do próprio PT, das suas formulações políticas e da sua capacidade organizativa, o papel que terá de assumir nas lutas populares, organizando os trabalhadores, conscientizando-os, levando-os a vitórias parciais, no caminho da libertação da exploração econômica e da opressão política.

Palanque

Apurações

Não foram poucas as fraudes cometidas durante as apurações.. No Rio, o PT já havia denunciado, antes das eleições, que o Tribunal Regional Eleitoral mandara imprimir com erro as listas dos candidatos do Partido dos Trabalhadores. Depois, durante a confusão que foram as apurações, fiscais do PDT e do PT apontaram inúmeras irregularidades.

Também houve irregularidades em Santa Catarina, em Goiás, no Pará e em muitos outros lugares.

Em São Paulo, fiscais e delegados do PT tiveram às vezes de quase brigar com as Juntas Apuradoras, que, por negligência ou cansaço, deixavam de anotar numerosos votos para candidatos proporcionais do PT. Às vezes, com preguiça de procurar direito nas listas.

Imprensa

O show de confusão eleitoral que a TV Globo deu, todo mundo assistiu. Certamente não se trata apenas de incompetência. Com toda aquela aparelhagem sofisticada e eletrônica de computadores, processadores, vídeo isto e vídeo aquilo, a TV Globo tentou empurrar aos brasileiros candidatos do Governo que não estavam sendo eleitos. Todo mundo viu.

A TV Globo fez, com números, nas apurações, o que já tinha feito com palavras e imagens, na campanha: isto é, entrou de sola na competição político-partidária, como se fosse um partido.

Bem, se os jornais da grande imprensa, as rádios e as televisões vão começar a se comportar como partidos políticos, também serão tratadas como partidos políticos. Ou seja: pau em cima delas, sem a menor consideração para com o fato de serem "imprensa".

Números

O comício que o PT fez diante do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, dias antes das eleições, reuniu mais de cem mil pessoas. Um grande jornal diário, contudo, disse que havia só trinta mil. Outro fez pior: os redatores receberam ordem de noticiar o comício mas não publicar números (eles só publicam quando são 300 ou 400 pessoas). Nem a expressão "praça lotada" pôde sair: foi cortada.

Secretários

Têm corrido insistentes rumores de que para a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, agora que o PMDB está no Governo, seria nomeado o dr. Jamil Murad, do Hospital dos Servidores. Seria a forma encontrada pela direção do PMDB de agradecer à "Tribuna da Luta Operária" os serviços prestados durante a campanha eleitoral.

Dançando

Alguns artistas cariocas, principalmente cantores, que apoiaram e ajudaram intensa e abertamente a campanha do chaguista Miro Teixeira, arrependeram-se no último minuto. Dois dias antes das eleições, quando já era quase certa a vitória de Brizola, algumas cantoras tentaram passar-se para o vencedor, pelas mesmas razões pelas quais antes tinham apoiado o que agora estava em terceiro lugar. Mas o PDT não acreditou nesses entusiasmos de última hora e as cantoras dançaram.

Vaias

Não é só o Figueiredo que é vaiado. Quando as apurações de São Bernardo do Campo estavam chegando ao fim, nos antigos estúdios da Vera Cruz, lá apareceu o prefeito Tito Costa e foi vaiado. Embora o seu partido, o PMDB, tenha ganho as eleições, o candidato preferido do atual prefeito estava na sublegenda peemedebista que perdeu.

O único candidato que foi intensamente aplaudido no local foi o dr. Maurício, do PT. Ele teve o maior número de votos, mas não ganhou porque as sublegendas do PMDB, somadas, tiveram pouco mais que ele.

Prefeito, o abacaxi do novo Governo

Já surge o primeiro desgaste

O novo partido do Governo em São Paulo, o PMDB, começa a ter as suas primeiras dificuldades políticas, e que não lhe são criadas pelos partidos de oposição, mas sim pela heterogeneidade social e pela falta de clareza ideológica da própria legenda.

Trata-se da escolha do prefeito da Capital e dos outros Municípios onde não houve eleição direta. Durante a campanha eleitoral, o candidato peemedebista não quis se comprometer com a proposta mais democrática para resolver o problema, feita pelo PT, que é a da consulta popular para a escolha do nome que seria indicado pelo governador à Assembléia Legislativa. Preferiu acenar com a hipótese de uma eventual aprovação, em futuro distante, de uma suposta emenda Benevides, no Congresso Nacional.

Não existe

Acontece que a emenda Benevides não existe. Foi arquivada. O fato de que alguém poderá apresentar emenda semelhante não quer dizer que será aprovada. Em conclusão: a eleição direta do prefeito da Capital continua uma incógnita, ou pelo menos uma possibilidade muito remota.

Resultado: no máximo até março, o novo governador terá mesmo de tirar do bolso do colete um nome para indicar à Assembléia.

Se o colete é do próprio governador, ou de seus assessores, familiares ou políticos, ou de grupos de pressão dentro do seu partido, pouco importa e é irrelevante.

O fato real é que, no último instante, o governador é que terá de dizer um nome. Seu colega goiano, aliás, já percebeu que o processo é esse mesmo e foi mais franco — "Quem decide sou eu", disse, à maneira de Jânio Quadros.

Qual critério?

Pois bem. É aí que a porca torce o rabo. Os peemedebistas podem ser tudo, menos pouco espertos.

E já começaram, dentro do PMDB paulista, os conchavos de cúpula, as mexeções de pauzinhos, as tricas e futricas para ver quem vai ser beneficiado. O próprio pessoal da Sorbonne do PMDB — ou seja, a elite que está preparada para mandar está com dificuldades de escolher um critério que possa ser apresentado ao público como "democrático".

O candidato a deputado federal mais votado em São Paulo? Corre o risco de ser o Paulo Maluf. O deputado federal mais votado do PMDB? Pode não ser o Mário Covas, e sim o Samir Achoa; e aí, como fica? Um técnico ou um tecnocrata? Há-os às mancheias, dentro do PMDB; mas, e os políticos? Um senador bem votado mas não eleito? Se não foi eleito, quem garante que será do agrado da bancada peemedebista na Assembléia? Enfim, é um quebra-cabeças, para não dizer um abacaxi.

Os espontâneos

Para complicar as coisas, já começaram a aparecer os candidatos espontâneos. Ou seja, percebendo que nenhum critério poderá ser absolutamente consensual, outros pretendentes se apresentam, publicamente, baseados no pragmático princípio, tão ao gosto dos peemedebistas, de que "escolha pessoal por escolha pessoal, por que não eu?".

Alguns já apareceram, e outros muitos ainda irão aparecer se a decisão pessoal do governador demorar demais.

Para constar

No caso do secretariado, a coisa é um pouco diferente, porque, num estado como o de São Paulo, entre o primeiro e o quinto escalões da administração direta e da indireta, há milhares de postos, cargos, posições e empregos, o que dá para, "dialeticamente", superar todas as contradições internas do PMDB. No final, entre mortos e feridos, todos se salvarão.

Mas prefeito é uma espécie de primeiro prêmio da loteria. E, se ainda ninguém sabe quem será o prefeito paulistano, todos podem ter certeza de uma coisa: um sairá rindo, e muitos outros sairão chorando.

E o povo? Bem, o povo, como dantes e como sempre, não será ouvido nem cheirado. Ou, pior ainda: será ouvido e cheirado, sim, mas só para constar, não para valer...

Questionário para os leitores

Participe você também do debate sobre a campanha e sobre o futuro do Partido dos Trabalhadores

Passadas as eleições, o PT deve realizar amplo movimento de debate interno para avaliar seu desempenho na campanha e estabelecer as prioridades organizativas e as estratégias políticas daqui para a frente.

Como contribuição para esse debate, pedimos a todos os leitores que preencham o questionário abaixo — no todo ou em parte — e o enviem para o JORNAL DOS TRABALHADORES, rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, Brasil, até o dia 31 de dezembro de 1982. Depois de tabulados os resultados, um resumo será publicado nos próximos números do jornal. O relatório final e completo, acompanhado dos questionários preenchidos, será enviado pelo jornal ao Diretório Nacional do PT.

★ ★ ★

Qualificação do respondente:

Sexo .....

Profissão .....

Idade .....

Cidade e Estado ...../.....

1. O que V. achou dos resultados eleitorais do PT

na sua cidade .....

.....

.....

no seu Estado .....

.....

.....

no País .....

.....

.....

2. A campanha eleitoral do PT foi

☐ péssima ☐ ruim ☐ regular ☐ boa ☐ ótima

Por que? .....

.....

2.1. O **caráter unificado** da campanha eleitoral do PT funcionou

☐ mal ☐ regularmente

☐ bem, mas poderia ser melhor ☐ otimamente

Por que? .....

.....

2.2. Os principais defeitos da campanha eleitoral do PT foram de natureza

☐ financeira ☐ organizativa

☐ política ☐ ideológica

☐ outra. Qual? .....

3. Qual foi **a principal falha** da campanha? .....

.....

4. Qual foi **o principal mérito** da campanha? .....

.....

5. Qual é a sua avaliação global da campanha? .....

.....

.....

6. Para o fortalecimento do PT daqui para a frente, indique as três medidas prioritárias, em cada área abaixo discriminada:

Financeira

1 .....

2 .....

3 .....

Organizativa

1 .....

2 .....

3 .....

Política

1 .....

2 .....

3 .....

7. Manifeste sua opinião em relação às seguintes questões específicas, indicando com um "X" a frase que mais se aproxima do seu ponto de vista:

7.1.☐ deve ser abandonada a idéia de Núcleos de Base e devem ser fortalecidos os Diretórios Distritais e Municipais

7.2.☐ deve ser dada toda força à filiação e à nucleação de novos membros

7.3.☐ devem ser fortalecidos os Núcleos de Base por (numere para indicar prioridade)

☐ região geográfica ☐ categorias e áreas profissionais

☐ local de trabalho ☐ movimentos sociais

7.3.1. Como deve ser esse fortalecimento? .....

.....

7.4.☐ devem ser minimizadas as comissões técnicas, os grupos de trabalho e estudo, as assessorias, as Secretarias etc., para não atrapalhar o funcionamento de Núcleos e Diretórios

7.5.☐ grupos de trabalho, de estudo, assessorias, comissões e órgãos técnicos, Secretarias etc., devem ser ampliados e fortalecidos

7.6.☐ devem ser profissionalizados ou semiprofissionalizados militantes para atuar nos órgãos técnicos e administrativos do Partido

7.7.☐ deve ser estabelecida definitivamente a obrigatoriedade de contribuição financeira permanente de cada filiado, com aplicação de sanções aos que se recusarem, ressalvadas as exceções de comprovada impossibilidade

7.8.☐ o PT deve procurar fazer finanças principalmente através de campanhas, bônus, "shows", rifas, venda de material, doações voluntárias de terceiros etc., abandonando ou relegando a segundo plano a idéia da contribuição obrigatória periódica de cada filiado

7.9.☐ a principal fonte de finanças para o Partido deve provir da cobrança de uma taxa mensal compulsória de determinados tipos de filiados, como

☐ dirigentes ☐ parlamentares

☐ os que ganham salários acima de um nível fixado em regulamento

7.10.☐ cada núcleo, diretório distrital, municipal e regional, deve procurar fazer as finanças necessárias para as próprias despesas, sem se preocupar em enviar parte para as instâncias superiores, cabendo a estas realizar planos próprios de obtenção de recursos

7.11.☐ o Diretório Nacional é que deve dar um jeito de arranjar recursos para aplicá-los aos Diretórios Regionais e Municipais, principalmente dos Estados mais pobres

7.12.☐ nos próximos Encontros de março de 1983 devem ser renovados **todos** os ocupantes de postos diretivos nos Diretórios e nas Comissões Executivas, desde o Núcleo de Base até o Diretório Nacional

7.13.☐ a renovação das direções de Núcleos, Diretórios e Comissões Executivas deve ser feita mantendo-se os que tiveram atuação considerada boa e incorporando as novas lideranças, principalmente surgidas durante a campanha eleitoral

7.14.☐ o PT deve voltar-se, agora, mais para si mesmo, para cuidar da sua organização e reorganização, dando uma trégua às discussões políticas e à participação nos movimentos populares e sindicais

7.15.☐ o PT deve priorizar o estabelecimento de linhas claras de atuação direta nos movimentos sindicais (urbano e rural), sociais (mulheres, negros, índios, homossexuais, ecologistas), estudantis (secundaristas e universitários), populares (desempregados, moradores, favelados, sem-terra), culturais etc.

7.16.☐ o PT deve acompanhar os movimentos sociais, sindicais, culturais, estudantis, populares, procurando servir de canal de representação e expressão às reivindicações específicas desses movimentos, mas sem estabelecer políticas de atuação direta em relação a eles, capaz de modificar-lhes os rumos e a atuação

7.17.☐ o PT deve começar desde já o debate amplo e organizado, nas suas instâncias regulares (Núcleos e Diretórios) de questões programáticas políticas como (indique com números a prioridade):

☐ sindicalismo
☐ reforma agrária
☐ socialismo
☐ Conselhos Populares
☐ redistribuição da renda
☐ política institucional
☐ socialização da educação e da saúde
☐ estatização dos bancos
☐ política cultural
☐ questão do negro
☐ desemprego
☐ qualidade de vida
☐ transporte e habitação
☐ questão indígena
☐ combate à carestia
☐ dívida externa
☐ ecologia
☐ questão das drogas
☐ o papel do Parlamento
☐ homossexualismo
☐ nacionalização das multinacionais
☐ combate à repressão
☐ questões energéticas
☐ reformas institucionais
☐ política salarial
☐ criação da CUT
☐ revogação da LSN
☐ lazer para o trabalhador
☐ ocupação do solo urbano
☐ violência policial
☐ reforma da CLT
☐ eleições diretas para presidente da República
☐ escolha de prefeitos das capitais
☐ entrega de terras aos posseiros
☐ nacionalização da indústria farmacêutica
☐ o feminismo
☐ o parlamentarismo
☐ reforma tributária
☐ outras questões. Quais? .....

.....

7.18.☐ fundamental e prioritário é o PT elaborar e aprovar seu Regimento Interno

7.19.☐ o Partido deve dedicar maior atenção à formação de quadros políticos, com cursos e seminários para os filiados

7.20.☐ a coisa mais importante e mais imediata é formar, desde já, Diretórios nas cidades onde o PT não está organizado

8. Em relação aos prefeitos e parlamentares petistas eleitos, o PT deve

☐ convocá-los para uma ampla reunião, urgentemente, para estabelecer as formas de atuação conjunta e inter-relacionamento com as direções e as bases parlamentares

☐ criar grupos de assessorias técnicas, de filiados voluntários, para ajudá-los a bem cumprir os seus mandatos

☐ estabelecer vínculos permanentes entre os eleitos e os eleitores, com a montagem de escritórios políticos, reuniões, assembléias, plebiscitos etc.

☐ impor aos eleitos um conjunto de normas que definam suas obrigações para com o Partido

☐ consultá-los sobre os novos rumos que o Partido deve adotar

☐ estabelecer os mecanismos pelos quais devem ser indicados os secretários e auxiliares (no caso dos executivos) e os líderes e assessores (no caso dos parlamentares)

☐ Outras medidas. Quais? .....

.....

9. Em relação aos **eleitos de outros partidos** (governadores, prefeitos e parlamentares), o PT deve procurar

9.1.☐ uma política de aproximação e cooperação, em qualquer caso

9.2.☐ uma política de aproximação e cooperação somente nos casos em que os eleitos forem do

☐ PDS ☐ PMDB ☐ PTB ☐ PDT

9.3.☐ estudar, caso por caso, o oferecimento de postos nos Governos (secretarias, direção de Departamentos, postos nas Mesas das casas legislativas) não rejeitando, em princípio e a priori, participar desses Governos

9.4.☐ estabelecer acordos, alianças, coligações, uniões etc., mas sem aceitar postos nos Governos

9.5.☐ rejeitar qualquer tipo de união ou participação, qualquer que seja o outro partido

9.6.☐ delegar aos parlamentares e majoritários petistas eleitos e/ou aos candidatos petistas não eleitos o exame e a decisão de aceitar ou não os convites de participação

9.7.☐ fazer "frentes políticas" nas bases mas rejeitar "frentes" e "blocos" parlamentares e executivos com outros partidos

9.8.☐ convocar imediatamente uma reunião do Diretório Nacional para examinar essa questão, no geral, e estabelecer uma resolução clara e definida a respeito

9.9.☐ deixar que cada Diretório Municipal ou Regional decida sobre a questão na área de sua competência.

9.10.☐ Outras alternativas. Quais? .....

.....

10. O que deve ser feito para melhorar as comunicações internas e os debates dentro do Partido dos Trabalhadores?

☐ fazer, mais frequentemente, reuniões de Núcleos e Diretórios

☐ enviar aos Núcleos e Diretórios "boletins informativos" locais e regionais

☐ obrigar Núcleos e Diretórios a reproduzirem todo o material recebido das direções centrais e distribuí-lo a cada filiado

☐ estabelecer a rotina de elaboração de relatórios periódicos, a serem enviados por cada instância à instância superior

☐ Outras alternativas. Quais? .....

.....

.....

11. Especificamente sobre o "Jornal dos Trabalhadores", o que deve ser feito para melhorar

O conteúdo: .....

.....

A forma: .....

.....

.....

A distribuição: .....

.....

.....

O reforço financeiro: .....

.....

.....

Outras sugestões: .....

.....

.....

12. Em relação à formação de quadros e aperfeiçoamento dos militantes, o que deve ser feito?

☐ cursos, debates, reuniões feitos pelos próprios Núcleos e Diretórios

☐ cursos, seminários, debates, reuniões organizados pelas Secretarias específicas do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais

☐ realizar constantes discussões políticas nas bases

☐ Outras alternativas. Quais? .....

.....

.....

13. V. acha que deveria ser estabelecido um sistema de rodízio entre os parlamentares do PT — através de licenças temporárias entre os eleitos — de maneira que os primeiros suplentes (por exemplo, até o 5º) tivessem a oportunidade de exercer o mandato por alguns meses, para adquirir maior experiência e ampliar a voz do PT nas casas legislativas?

☐ sim. Como poderia ser conseguido isso? .....

.....

☐ não. Porque? .....

.....

14. Como fazer para intensificar mais a aproximação do PT em relação aos movimentos populares? Que sugestões V. tem? .....

.....

.....

15. V. é filiado ao PT?

☐ sim. Há quanto tempo? .....

☐ não. Porque? .....

Observação: Não é necessário, mas, se V. quiser, pode escrever nome e endereço: .....

.....

Um metalúrgico na Prefeitura

Gilson Menezes vence as eleições para Diadema, no coração do ABC

Gilson Menezes, 33 anos, casado, pai de 3 filhos e operário metalúrgico demitido é o novo prefeito de Diadema, na região do ABCD, em São Paulo, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, concorrendo contra dez candidatos numa campanha difícil e sem recursos.

Conselhos Populares

O prefeito petista recém-eleito anuncia como preocupação inicial de sua administração a formação dos Conselhos Populares, para que já na sua posse essa idéia seja posta em prática. E anuncia: "Já temos reunião marcada para sexta-feira, dia 26 de novembro, para discutirmos a questão dos Conselhos. Essa é uma experiência nova e sabemos das dificuldades que surgirão, mas vamos realizar esforços para que, quando chegar a posse, já tenhamos algumas pessoas nos Conselhos ou pelo menos articulando o Conselho, para colocarmos em prática a idéia imediatamente. No processo é que iremos adaptando e melhorando os Conselhos, se não, nunca vamos conhecer os erros".

Fim às corrupções

No plano municipal é na aprovação de projetos e na contratação das empreiteiras que ocorrem as maiores corrupções. Para acabar com isso, Gilson pretende discutir com os conselhos todos os projetos, e as propostas dos conselhos serão levadas à Câmara.

"Hoje — disse — os donos das empreiteiras, sem fazer nada, ganham mais que todos os trabalhadores da empresa. Os prefeitos e vereadores não ficam ricos à custa dos salários. Vamos acabar com essa corrupção!", desabafa Gilson.

A administração do Partido dos Trabalhadores no Município de Diadema iniciará sua gestão com uma auditoria para apurar todas as irregularidades havidas e analisar toda a estrutura administrativa da Prefeitura.

"Vamos denunciar tudo o que foi feito até agora", promete Gilson e "se a Justiça não tiver condições para punir os culpados, cumpriremos nosso papel de informar a opinião pública da existência de tais irregularidades".

Desempregado

Seu nome foi indicado para prefeito pelo PT depois de muita discussão.

Gilson confessa que teve dúvidas no início.

"Não tínhamos condições financeiras de fazer campanha. Eu estava praticamente desempregado, vivendo com uma pequena ajuda de custo. Muitos companheiros meus também estavam desempregados e eu conhecia todas as dificuldades do Partido. Acabei aceitando esse desafio quando percebi que minha situação não era diferente da de outros companheiros. Minha candidatura foi aprovada na pré-convenção e iniciamos nossa campanha."

Mutirão

A campanha de Gilson desenvolveu-se principalmente através de multirões.

"No domingo, às 8 horas da manhã, nos reuníamos para fazer campanha com um determinado bairro. Junto com quase quarenta companheiros íamos de porta em porta discutindo o programa do Partido dos Trabalhadores, a plataforma municipal e estadual e apresentando nossa carta de compromissos."

"É incrível, prossegue Gilson, "como as pessoas não tinham conhecimento do PT. Nunca tinham ouvido falar do Partido no rádio e na televisão".

Como parte da campanha, os candidatos do PT no município participavam todas as noites de reuniões em casas de famílias pelos bairros de Diadema. Os candidatos apresentavam o programa do PT e depois abria-se a discussão. Os participantes que quisessem falar tinham direito à palavra e os candidatos respondiam a todas as questões.

Foram grandes as dificuldades.

"As vezes não tínhamos carro e precisávamos ir de carona de uma para outra reunião. Por falta de contato, com freqüência tínhamos que participar de uma reunião em um bairro às três horas da tarde e outro companheiro já tinha acertado a nossa presença em outra reunião às quatro. Nossas dificuldades eram tantas que nosso comitê eleitoral foi instalado no próprio diretório do PT aqui no Município. O diretório não tem telefone e durante toda a campanha foi usado o de minha casa, onde minha mulher anotava os recados."

Segundo Gilson, seria necessário mais de mês para contar as coisas da campanha. "Cheguei a salvar um companheiro que num dia de campanha caiu dentro de um poço. Acho que mesmo que não tivéssemos sido eleitos, foi compensador fazer a campanha, apesar dos sacrifícios."

Gilson Menezes, líder grevista de 78, 79 e 80, é agora prefeito de Diadema, no coração do ABC (Foto: Ricardo Malta/F4)

Onze candidatos

Gilson conseguiu eleger-se numa campanha em que a concorrência era extremamente desigual. Ao todo foram onze os candidatos que concorreram à Prefeitura de Diadema, representando os cinco partidos. O PT e o PDT apresentaram um candidato cada. Os demais partidos, PDS, PMDB e PTB, esse último com o apoio do atual prefeito, apresentaram três candidatos cada.

Mesmo enfrentando dez concorrentes, que usaram largamente do poder econômico em suas campanhas, Gilson mostrou-se imbatível na contagem final dos votos. Numa disputa acirrada, onde até o último momento ninguém poderia considerar-se eleito, Gilson obteve 23.310 votos, pouco mais de 650 à frente dos três candidatos peemedebistas, que somaram, na legenda, 22.632. Os três concorrentes pelo PTB ficaram com 21.943, e com o terceiro lugar. O PDS ficou na quarta colocação com a inexpressiva votação de 2.085 votos para seus três candidatos. O candidato único do PDT obteve 100 votos. Nas regiões próximas à residência de Gilson ele conseguiu, sozinho, obter mais votos que todos os dez concorrentes somados.

Vereadores

O Partido dos Trabalhadores elegeu seis vereadores. O PMDB cinco, o PDS um e o PDT não elegeu nenhum. Com minoria na Câmara, Gilson acredita que os Conselhos Populares serão os fiscais e pressionarão os vereadores de outros partidos a assumirem compromissos com as lutas populares. Gilson espera que através do sistema de Tribuna Livre, seja garantido o direito de voz a todo o cidadão que queira discursar na Câmara Municipal.

Paulo Afonso e Silva, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e eleito vice-prefeito na chapa de Gilson, anuncia que as oposições serão tratadas elegantemente e caso não atendam aos interesses da população serão prontamente denunciadas.

Sindicato

Gilson foi um dos onze sindicalistas que, juntamente com Lula, foram presos pelo DOPS e enquadrados na Lei de Segurança Nacional na greve de 80. O prefeito petista acredita que o trabalho sindical contribuiu para sua eleição e explica:

"Prova disso é que os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que conhecem nosso trabalho, moram espalhados por Santo André e Grande São Paulo. Já em Diadema a concentração desse pessoal é maior e há uma confiança na gente. Creio que isso também ajudou no resultado das urnas".

Gilson entende que é o sindicato que deve levar a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. "Por isso — diz — não vamos entrar nessa área, mas estaremos sempre dando nosso apoio porque, nós trabalhadores, estaremos juntos contra a repressão e a exploração."

Desemprego

"O desemprego tem implicações que fogem da alçada da Prefeitura" declara Gilson, "mas nós, na medida do possível, procuraremos desenvolver todos os esforços para minimizar esse problema. Sabemos que isso será muito pouco, pois o desemprego é uma questão do próprio capitalismo. Em alguns países há uma preocupação maior com o desemprego mas no Brasil o trabalhador é totalmente marginalizado. Não temos seguro desemprego e não há nada que ampare a família do trabalhador. O desemprego é uma questão de fundo, do próprio modelo econômico, e no âmbito da Prefeitura não se pode ter grandes esperanças", conclui.

Atenções

"Muita gente está querendo que a administração do Partido dos Trabalhadores seja boa" comenta Gilson. "As atenções estão voltadas para Diadema e não são poucas as pessoas que já se ofereceram para trabalhar gratuitamente conosco. Primeiro vamos incentivar os Conselhos Populares para que em grupos tratem de cada assunto. O prefeito e o vice-prefeito não pretendem concentrar a administração em suas mãos. Todos os companheiros deverão participar de atividades culturais, de grupos que estudem o problema das favelas. Um terço da população do Município é favelada e vivem em condições sub-humanas, registrando alta taxa de mortalidade infantil. Sabemos que não temos condições de solucionar definitivamente essa situação, que é um problema nacional e da própria sociedade capitalista que joga o ser humano a segundo plano. Faremos um esforço para, no mínimo, suavizar essa situação".

No Brasil todas as pessoas estão querendo acompanhar a administração do PT de Diadema e ver o Partido realizar na prática as propostas de seu programa. É preciso, alerta Gilson, "que a gente não esqueça de cada Município, e esperar tudo de Diadema. É preciso continuar o trabalho porque é, principalmente, na organização e mobilização dos trabalhadores, dos bairros, das fábricas, que deve continuar o trabalho do Partido". "

As colaborações chegam de todos os lugares e serão devidamente estudadas e analisadas pela administração popular do PT em Diadema. Gilson acredita que "às vezes uma simples proposta poderá trazer uma grande solução".

Para Gilson, a imagem que o povo tem dos políticos é muito ruim.

"Vamos fazer uma administração honesta. A falta de credibilidade da população em relação aos políticos eleitos é muito grande e o pessoal chega a não confiar em mais nada. Aqui em Diadema depositaram a confiança no Partido dos Trabalhadores e a gente precisa comprovar isso."

Duvidaram

Para Paulo Afonso, o vice-prefeito, um dado novo foi observado nessas eleições. "Os outros partidos derramaram muito dinheiro por aqui e a população de Diadema deu uma demonstração de que não vende seu voto".

Para Gilson, a autonomia dos Municípios precisa ser urgentemente restaurada.

"Mas nós — afirma — vamos fazer de nossos poucos recursos e de nossa pouca autonomia municipal, uma grande autonomia. Vamos levar as coisas para a frente. A prática vai provar isso. Nossa administração vai fazer coisas de que muita gente duvida. Duvidaram de nossa campanha, duvidaram de nossa vitória e podem duvidar de nossa administração. Mas vamos provar, na prática, que o trabalhador pode realizar grandes coisas."

Prossegue o debate econômico no PT

O projeto do Partido, na opinião de economistas e sindicalistas

A proposta de projeto econômico lançada pelo Partido dos Trabalhadores vem despertando interesse em vários setores. O objetivo de iniciar um debate em torno da situação econômica do País e do projeto do PT vem-se concretizando. E, como o projeto trata de questões de grande importância para o momento e para o futuro, como desemprego, redistribuição de renda, inflação, reforma agrária etc., tem havido críticas e elogios, ampliando-se mais o campo de discussão das propostas iniciais.

Tecnologia

Agenor Narciso, recém-eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do ABC, acha que o projeto deve apresentar com mais detalhes o tipo de controle para resolver o problema do desemprego tecnológico, criado pela introdução de técnicas avançadas de produção. Segundo Agenor, em princípio, não se deve fazer nenhum tipo de controle sobre a tecnologia, pois o seu avanço é uma saída para reduzir nossa dependência.

Desemprego

Paul Singer, economista do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e coordenador do grupo que elaborou o projeto econômico do PT, declarou que a principal preocupação do documento é com o desemprego. Acrescentou que, para eliminar o desemprego, é preciso uma profunda modificação no sistema econômico, apontando caminhos para a superação do capitalismo.

Para Paulo Otávio de Azevedo, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, o programa "peca um pouco pelo etapismo, uma vez que pelo exposto corremos o risco de gerir o capitalismo". Azevedo reconhece, no entanto, que os trabalhadores não podem arcar sozinhos com os sacrifícios de uma crise que eles não criaram.

Nesse sentido, Paul Singer vê como certa a sugestão do projeto para a criação imediata do salário-desemprego, eliminação de horas extras, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, autonomia sindical, direito de greve e a estabilidade no emprego.

Salários

Paulo Sandroni, professor de economia da PUC de São Paulo vê como a característica mais marcante do projeto a apresentação de questões econômicas com a perspectiva de classe, trazendo uma inovação que é o seguro-desemprego, a proteção dos níveis salariais através da escala móvel de aumentos (sempre que a inflação alcançar o nível de 10%, os salários serão automaticamente aumentados).

Sandroni defende a ampliação do salário-família, entendendo que a preocupação expressa no projeto do Partido dos Trabalhadores é uma forma de defender a família enquanto espaço social, através do aumento da parcela de salário mínimo a cada dependente. O projeto propõe um aumento salarial imediato de 55% como forma de recompor as perdas salariais que os trabalhadores tiveram nos últimos anos e que para cada dependente, o trabalhador receba uma parcela de 50% do salário mínimo (unificado).

Dessa forma, diz Sandroni, um chefe de família que tem quatro dependentes receberia, no total, dois salários mínimos e meio. Sandroni acredita que o atual salário-família, em que o trabalhador recebe apenas 5% do salário mínimo, é um desagregador dessa célula já que obriga ao chefe da família fazer horas extras o ano inteiro e impõe ao menor que se inicie no trabalho desde muito cedo.

Paul Singer entende que a proposta do PT garante o salário individual ampliado e que o salário-família preencheria as necessidades de uma família.

Para Agenor Narciso, no que se refere à questão do desemprego, estabilidade, eliminação das desigualdades entre o homem e a mulher o projeto do Partido dos Trabalhadores está de acordo com as lutas que os sindicatos têm levado.

Reforma agrária

Agenor entende que o Brasil necessita de uma imediata reforma agrária pois a produção agrícola será bastante ampliada, o trabalhador rural não precisará abandonar os campos, os alimentos serão mais baratos e teremos produção suficiente para a exportação, equilibrando o balanço de pagamentos. Para isso, completa Agenor, "não deve ser feita apenas a divisão dos latifúndios, mas, principalmente, adotar medidas para que o homem do campo tenha professor, médico, garantia de preço justo pelo seu produto, armazém para estocagem, transporte etc. As condições de produção de cada região devem ser avaliadas. Os filhos dos camponeses devem ter garantias de melhores condições de vida. A sobrevivência da reforma agrária só será garantida dessa maneira".

Paulo Sandroni diz que a proposta de reforma agrária obedece a dois princípios: distribuição não geométrica da terra e possibilidade de acesso do agricultor à terra. A forma de propriedade é, na opinião de Sandroni, uma questão que os próprios interessados deverão definir. Para Paul Singer as propostas do projeto são as já aprovadas pelos movimentos dos trabalhadores rurais: ampliar os meios de defesa do trabalhador agrícola, crédito, auxílio técnico, condições de armazenamento e comercialização, fortalecimento da aliança entre trabalhadores rurais e camponeses etc.

Dívida

Ao lado do desemprego, reforma agrária e impostos, a dívida externa é uma preocupação constante em todos os setores que se pronunciaram sobre o projeto do PT.

Agenor Narciso acha que a renegociação é necessária, uma vez que o não pagamento dessa dívida externa pode levar a um estancamento das importações brasileiras, representando golpe fatal para nossa economia. Caso ela persista, declara Narciso, "poderá ser congelada e até mesmo cancelada". Azevedo, do Sindicato dos Metroviários, Sandroni e Paul Singer têm opiniões semelhantes: o Brasil deve liderar o grupo de países devedores para, juntos, impor condições aos banqueiros internacionais. Desse modo teremos maior poder de barganha e não permitiremos o estrangulamento de nossa economia.

Diz Sandroni: "O receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional) não nos interessa. Somos favoráveis a uma renegociação desde que o ônus não recaia sobre os trabalhadores. As empresas, as multinacionais, inclusive, pois são responsáveis por parcela dessa dívida, devem absorver os sacrifícios, diminuindo sua margem de lucros. Na renegociação proposta pelo Governo Federal, Delfim colocaria todo o peso da renegociação nas costas do trabalhador", conclui Sandroni.

Impostos

Como forma de diminuir as diferenças nos pagamentos dos impostos, o projeto propõe uma reforma fiscal. No atual sistema tributário quem paga impostos é o trabalhador, uma vez que a maior parte da receita é adquirida via impostos indiretos.

O projeto propõe uma reforma tributária que busque uma redução da carga tributária sobre os que têm menores rendimentos, reduzindo os impostos indiretos e aumentando os impostos sobre os ganhos de capital. Um imposto maior sobre as heranças e a redução de impostos sobre os ganhos de salários. O PT calcula que a eliminação dos impostos não-tributáveis elevaria a arrecadação do imposto de renda em 68,6%.

Para Paul Singer, essa reforma fiscal levará o trabalhador a pagar menos impostos, obrigando os ricos a pagá-os.

Estatização

Sandroni vê a proposta de estatização apresentada no projeto como solução que deve "ser acompanhada de uma democratização do Estado".

A empresa pública, exemplifica, tem hoje um maior grau de impunidade que a empresa privada. Detendo o monopólio na faixa de serviços que realiza, o consumidor não tem como contestá-la, estando sujeito à deterioração dos serviços que ela presta. O Estado democratizado dará ao povo a condição de fiscal. "A estatização — afirma o economista — supõe não apenas o controle dos trabalhadores sobre a empresa mas também o controle deve estar aberto aos usuários, pois os consumidores têm algo a dizer."

"A estatização do transporte coletivo é uma necessidade fundamental para a melhoria de vida do trabalhador", declarou Narciso. Em sua opinião a proposta de projeto econômico do Partido dos Trabalhadores é um passo adiante na solução dos problemas da classe trabalhadora.

Azevedo, dos metroviários, acredita que as propostas deverão ser ainda mais aprofundadas através de um debate cada vez mais amplo e que o PT não deve assumir como suas as indicações que o conjunto do Partido ainda não discutiu.

Paulo Sandroni ressalta que o projeto econômico do PT é uma proposta para discussão, onde deverão ser acrescentados reparos e novas posições, não se devendo entendê-lo como um conjunto de decisões acabadas.

A distribuição da renda

Cláudio M. Loetz

O tema redistribuição de renda pode ser analisado de várias formas, sob muitos ângulos. Abordarei o tema a partir das sugestões e das propostas contidas, a respeito, no Projeto de Programa Econômico do PT.

Antes de mais nada, é preciso ter clareza que a redistribuição de renda, embora enquadrada no estudo de questões macroeconômicas, está intimamente ligada à problemática política e à estruturação das forças sociais atuantes na cena política.

Essa concepção permite entender as razões pelas quais o Brasil continua o paraíso das desigualdades. Desigualdades que não se limitam à participação mínima da maioria na renda nacional. Mas, ao contrário: o fato da renda nacional ser pessimamente redistribuída reforça a idéia de que só a mudança radical nas relações de poder político entre os variados segmentos da sociedade será capaz de minimizar o escândalo do superluxo em contraste com a extrema miséria retrato do País real.

Claro que isso pressupõe profundas transformações nos domínios do Poder. E isso não é obra de curto prazo. No entanto, a concentração de renda, espelho do nosso capitalismo espoliador do povo trabalhador, é a face visível do autoritarismo, da centralização burocrático-administrativa.

Mudar e buscar justiça social é o discurso de todos os partidos de oposição. Então, coloca-se o desafio: Como mudar? Para quem mudar?

Nesse sentido, falar em "mudança pela mudança", sem um nítido comprometimento com as classes oprimidas é fazer o jogo do reformismo inconseqüente. Veja o partido confiável de oposição, o PMDB.

Evidentemente que o Partido dos Trabalhadores preparou um texto polêmico no ítem "Redistribuição de Renda", inserido no seu Projeto de Programa Econômico. Polêmica, essa, que adquire maior força quando se sabe que até as propostas para curto prazo — salário mínimo unificado, reajuste imediato do salário mínimo (SM) — só têm chance de ser consideradas por quem governa se os governantes tiverem perspicácia suficiente para compreender que seus atos devem refletir a vontade da maioria.

E é claro que um Governo, para considerar prioritários os problemas de ordem social — habitação, saúde pública, ensino, saneamento, emprego — tem que ter mais do que sensibilidade política e competência técnica; precisa ter legitimação popular, legitimação somente alcançável se antes de se ser poder já se lutava ao lado do pobre, do explorado.

Radio Peão

Rurais

No Macapá, o recém-formado Sindicato dos Trabalhadores Rurais edita o informativo "O enxadão". O boletim, impresso apenas em uma folha de papel ofício, frente e verso, traz mensalmente as principais notícias dos trabalhadores rurais de todo o País.

Metalúrgicos

Os sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos assinaram acordo com a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), como resultado das negociações da campanha salarial desse ano. Os metalúrgicos dos três municípios que receberem até dez salários mínimos regionais terão aumento de 4% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de novembro. Foi também conseguido piso salarial de Cr$ 38.700,00, fim do aumento proporcional aos admitidos após a data-base, e mais outros 47 itens da pauta. No acordo não foram conseguida a estabilidade no emprego e a criação das comissões de fábricas.

Fim da greve

Os 600 empregados da Burroughs Eletrônica SA, em Santo Amaro, São Paulo, encerraram greve que durou dez dias, para não ser declarada ilegal. Os trabalhadores reivindicavam estabilidade no emprego e não conseguiram.

Eletricitários

Os sindicatos dos Eletricitários de São Paulo iniciaram campanha salarial desse ano. Na pauta de reivindicações que está sendo elaborada, os eletricitários apresentam como principal reivindicação a implantação do adicional de periculosidade, aumento real dos salários e aumento do piso profissional. A categoria dos eletricitários é uma das que apresentam maior índice de acidentes fatais, ao lado da construção civil.

Desemprego

Segundo estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a introdução de máquinas agrícolas na colheita de cana-de-açúcar em Pernambuco reduziu a mão-de-obra necessária em até noventa por cento por hectare. Em contrapartida, para o patrão, o custo da colheita por tonelada caiu em 57,5%.

Pose

Os trabalhadores da construção civil do Rio precisavam ter visto a pose do dirigente máximo do seu sindicato e da federação, o Arnaldão Coelho, sentado entre os patrões e a gente do Governo, bebendo uísque e dizendo que "hoje em dia, é muito menor o número de acidentes de trabalho nas obras".

A cena se deu há dias, quando o pelego mais antigo do Brasil (já estava na direção da entidade quando se deu o golpe, em 64), foi à sede do sindicato patronal "participar" da criação de uma escola profissionalizante "que atenderá, principalmente, menores de famílias carentes e filhos dos trabalhadores da construção civil".

Além dos dois sindicatos — o patronal e o dos trabalhadores — são fundadores da escola também o Senai, o Juizado de Menores do Rio e a prefeitura de Nova Iguaçu, cujo titular, o conhecido Rui de Queiroz, já doou um terreno de cinco mil metros quadrados e a verba de Cr$ 1 milhão.

Ou seja, o que Rui de Queiroz (também conhecido como Rui Cachaça) nega aos moradores de Nova Iguaçu — terra para morar e verba para urbanizar o município — foi cedido a esse "grande empreendimento", que formará por ano o expressivo número de...500 jovens! A escola foi fundada com muito uísque, salgadinhos, canapés e depois que a imprensa se retirou, ainda foi servido um suculento almoço onde a grande vedete foi o Rui Cachaça, seguido de perto pelo pelego Arnaldão, que além de homem de confiança dos patrões mostrou-se um excelente palhaço, divertindo os empresários com suas "tiradas autênticas". Os operários, que estão acostumados a ver o truculento Arnaldão dirigindo com mão de ferro as assembléias do sindicato, precisavam ver a versatilidade do pelego divertindo os patrões.

Mais de quinhentos delegados no III Enclat paulista (Foto: Vera Lúcia)

Enclat paulista reúne mais de 500 delegados

Escolhida a representação que irá a Brasília

O III Encontro das Classes Trabalhadoras de São Paulo, que foi organizado pela Comissão Estadual Pró-CUT ocorreu nos dias 19, 20 e 21, na sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Apesar de muitos dirigentes sindicais pelegos tentarem boicotar o Encontro, não promovendo assembléias para escolha de delegados e tentarem adiá-lo, promovendo uma reunião de federações com esse intuito, 542 pessoas representantes de diversas categorias de trabalhadores do Estado compareceram ao III Enclat. Para justificar o boicote esses dirigentes alegaram que não receberam convocatória; alguns alegaram que ela não chegou a tempo, e outros disseram que não foram consultados sobre os critérios de participação no Encontro. Mas esses argumentos foram desmentidos.

Quem divide

Valdemar Rossi, da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, disse que as atitudes dos pelegos deixaram claro quem divide o movimento sindical em nosso Estado, mas que, infelizmente, apesar das divergências existentes no sindicalismo, nem todos se prestam às manobras divisionistas.

Na abertura do Enclat, sexta-feira à noite, Vicente, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, propôs a realização desse Encontro "com os pés no chão". Dizendo que se deveria discutir o que fazer para que a classe trabalhadora seja dona daquilo que produz, frisou que "não é através do parlamento que conseguiremos isso, mas através da organização popular, por isso esse Encontro é tão importante".

Os principais temas debatidos no III Enclat foram: análise da atuação do movimento sindical paulista e brasileiro frente às decisões do I Conclat e frente à proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores e as formas de encaminhamento dessas decisões pelo sindicalismo.

Propostas

O III Encontro indicou propostas para o próximo Conclat, e para o avanço das lutas dos trabalhadores em nível nacional. As principais propostas de luta são por estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho (para 40 horas semanais) sem redução no salário, liberdade e autonomia sindical, salário-desemprego, direito irrestrito de greve, anistia aos dirigentes sindicais que foram cassados. Também foram aprovadas as propostas de luta contra a Lei de Segurança Nacional e a Lei dos Estrangeiros, pela reforma agrária e por eleições diretas para presidente da República.

Nesse Enclat foram escolhidos oito representantes paulistas que participarão da reunião da Comissão Nacional Pró-CUT nos dias 4 e 5 de dezembro em Brasília.

São eles: Jair Meneguelli (metalúrgicos de São Bernardo), Gilmar (bancários de SP), Clara Ant, (arquitetos-SP), Válter Bertolai (sindicato rural), Jamil Murad (médico)SP), Raimundo Souza (padeiros-SP), Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos) e Azevedo, (metroviários de São Paulo).

As reivindicações dos moradores

Associação do Rio elabora documento

No documento intitulado "As Associações de Moradores e o Estado Democrático", distribuído a todas as associações de moradores, a Famerj aponta que "o movimento das Associações já compartilha de um conjunto de princípios que deverão, necessariamente, constar de qualquer programa de governo que queira se identificar com as necessidades da população e com sua luta pela democracia".

O primeiro desses princípios, segundo o documento, é que o programa seja claro, sem demagogia eleitoreira. A partir daí, a Famerj reclama pela descentralização do poder, de forma democrática, dentro do princípio da Federação; pela criação de canais permanentes de comunicação entre o Estado e a população, através de suas entidades representativas; acesso fácil e sem burocracia aos diversos órgãos do Estado, reconhecendo as associações como entidades representativas da população, e estabelecendo canais institucionais para o acesso destas representações.

Investimentos

O documento reivindica ainda o redirecionamento dos investimentos públicos, colocando-se como prioritário o atendimento às necessidades básicas das áreas carentes; a promoção de amplo debate entre o Executivo, o Legislativo e as associações de moradores, sobre os orçamentos municipais e estaduais antes de sua aprovação; o acompanhamento pela Famerj da execução dos programas aprovados; a eliminação da manipulação política sobre os serviços públicos, colocando-os como um direito da população, sem necessidade de favorecimento para obtê-los.

O documento reclama ainda pela eliminação da prática de divisão do movimento popular, que vem sendo largamente utilizada através da criação de entidades paralelas, convenientes a parlamentares ou ocupantes de cargos públicos; a promoção de consulta à população para os cargos de prefeito do Rio e das áreas de segurança nacional; bem como, dos administradores regionais; o fortalecimento da luta geral do povo pela revogação das leis de exceção, que impedem a livre manifestação e organização do povo; o fortalecimento da luta da população pela eleição direta do presidente da República; e a eliminação de toda a repressão política, exercendo, através do poder Legislativo, Judiciário e das entidades populares, um rigoroso controle sobre os órgãos de segurança do Estado.

Mais protestos na Prefeitura Zona Sul

Aproximadamente 120 moradores de bairros da zona Sul de São Paulo realizaram ato de protesto em frente à Prefeitura, exigindo a implantação de redes de esgoto e asfaltamento de dezenas de ruas. Os moradores portavam faixas com as reivindicações e cantavam músicas sobre a carestia.

Jogo de empurra

Recentemente os moradores tinham ido à Sabesp e lá foram informados de que apesar de a competência para a realização das obras ser da companhia, era necessária a autorização da Prefeitura. Na Prefeitura, um assessor do prefeito disse que o problema era da Sabesp.

Para encaminhar formalmente os pedidos, os moradores formaram uma comissão, com um representante de cada bairro.

Toda essa movimentação foi feita à margem das Sociedades Amigos de Bairros, pois os moradores as consideram "comprometidas com o Governo".

Depois de muitas reuniões e de realizarem um abaixo-assinado que teve mais de 3.000 adesões, os moradores estão com intenção de registrar outra associação.

Sindicato rompe com Federação metalúrgica

Foi um protesto contra o cupulismo

RIO — Em protesto contra o cupulismo e o permanente distanciamento do movimento das bases, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói se desligou da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o presidente do sindicato, Abdias José dos Santos, a decisão foi da diretoria, e se baseou em que "não faz sentido ser filiado a uma Federação onde na hora das eleições para a diretoria, o sindicato de Niterói entra apenas como votante".

Vagas

Diz Abdias que o sindicato pleiteou quatro vagas para compor a nova diretoria da Federação, cujas eleições são em janeiro, "mas fomos excluídos do **conchavão,** que aprovou a chapa de acordo somente com os interesses do atual e futuro presidente da Federação, Francisco Dalprá, sem a mínima concessão ao sindicato, que pedia quatro vagas para quatro elementos ligados às bases e que não podem ficar desempregados".

O desligamento, segundo ele, não aumentará o isolamento do sindicato dos metalúrgicos de Niterói porque este nunca teve qualquer tipo de apoio da Federação. "Eles apostam mais no esvaziamento do movimento", disse Abdias.

"Não faz diferença nenhuma sairmos agora da Federação, que pra nós tem sido mais um ônus"— afirmou. "Eles não encampam as lutas que levamos na nossa base, não assumem as bandeiras nem da Conclat, não participam nem dos Enclats, quando nós assumimos tudo isso. Então, não faz sentido ser filiado a uma Federação assim..."

Sanidade e loucura, um debate

Realizou-se no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, da Faculdade de Medicina da USP, a mostra "Sanidade e Loucura", organizada pela Rede de Alternativas à Psiquiatria.

Constou de mais de 200 quadros vindos de diversas instituições, fotos das péssimas condições reinantes nesses hospitais psiquiátricos, filmes, audiovisuais, slides, música, coral, peça de teatro, e um debate sobre a questão dos psiquiatrizados (que resolveram formar uma associação para defesa de seus direitos) e de outras minorias oprimidas, como os homossexuais, as crianças, os velhos, as mulheres.

A importância desse encontro está no sentido de mobilizar forças para uma luta conjunta contra o sistema opressor e marginalizante que dirige a sociedade, e levar essa discussão a todo o público, sensibilizando a nível popular a questão da sanidade e da loucura.

Paralisações para a melhoria do ensino

No dia 2, 14 universidades pararam

Quatorze universidades federais e autárquicas paralisaram suas atividades, dia 4 deste mês, no Dia Nacional de Paralisação proposto pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), em protesto à resposta evasiva da ministra da educação, Esther Ferraz, às reivindicações salariais da categoria.

Reivindicações

Segundo balanço divulgado pela diretoria da Andes, apenas cinco universidades não pararam: Santa Maria, do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro Alagoas e Pernambuco, por dificuldades de comunicação, provocadas pelos feriados naquele fim de semana. Em algumas universidades os funcionários aderiram à paralisação, uma vez que eles também defendem as propostas de reajustes semestrais, reposição salarial e INPC unificado.

Os professores reivindicam uma imediata reposição salarial de 23,8%, tendo como base o INPC de novembro. Querem, também, o direito de participação nos estudos de reestruturação da Universidade, conforme promessa do ex-ministro da educação, Rubem Ludwig.

Greve em Brasília

Na universidade de Brasília, duzentos professores decretaram greve de três dias, no início deste mês, depois que o reitor da UnB, José Carlos Azevedo, recusou-se a receber os representantes da Associação dos Docentes e receber o documento com suas reivindicações. O reitor não reconhece a Adunb como representante legal dos professores.

PUC-SP

Aloísio Mercadante Oliva, presidente da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc-SP), informou que a Reitoria da PUC elaborou projeto que, se for adotado, limitará a possibilidade de pesquisa dos professores, comprometendo o padrão de qualidade da PUC, equivalente às universidades públicas, uma exceção no setor de ensino privado.

Oliva explicou que esse projeto é uma tentativa de enfrentar a difícil situação financeira em que se encontra a PUC, devido ao total descaso do Estado em relação à educação. O presidente da Apropuc informou também que os professores da PUC, em assembléia, pediram a imediata sustação do projeto e que a Apropuc poderá propor paralisação geral na universidade, caso a Reitoria não atenda a essa reivindicação.

No Rio, greve atinge três estabelecimentos

O tema da Educação está na luta

RIO — O movimento dos professores universitários no Rio de Janeiro se ampliou com a adesão das três universidades federais à greve geral proposta pela Andes, em resposta ao não atendimento pela ministra da Educação, das reivindicações da categoria. Na UFRJ e na UFF as assembléias gerais decidiram por maioria absoluta a greve por tempo indeterminado e a vinculação da questão salarial ao problema da reestruturação da universidade. Na Rural, a greve por tempo indeterminado foi iniciada na semana que antecedeu as eleições.

As reivindicações dos professores e funcionários das universidades começaram pela questão salarial, com a reposição de 23,8% ao reajuste do INPC de novembro, e se aprofundaram na questão da reestruturação da universidade, que se torna agora o eixo central do movimento, na medida em que atinge diretamente a toda a categoria, junto com os funcionários e os estudantes.

Histórico

Enquanto a campanha salarial se desenvolvia, a mobilização no Rio ia fraca por causa das eleições. No dia 6 de novembro passado, durante o Encontro Nacional da Andes, em Brasília, um dado novo surgiu para fortalecer o movimento: a audiência com a ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, revelou novo posicionamento do MEC frente aos compromissos assumidos pelo antigo titular da Pasta com os professores.

O projeto de reestruturação da universidade, que contava com a participação da comunidade universitária, através de suas associações, estava agora entregue ao Conselho Federal de Educação e a uma comissão da qual fazem parte muitos dos que elaboraram a Reforma de 1968.

A desvinculação do Dasp, reivindicada pela Andes, foi relacionada com a autonomia universitária que, em última instância, permite a cada reitor, de acordo com o orçamento que lhe for destinado, negociar diretamente com professores e funcionários o piso salarial que esta verba lhe permite. Qualquer complementação só se mostra possível na medida em que forem realizados convênios com instituições particulares.

Empresa

Isto concentra nas universidades maiores e mais aparelhadas os centros de pesquisa, enquanto que os outros setores se tornam meras escolas de 3º grau. E deixa de lado a questão do quadro único de funcionalismo do MEC, que unifica em todo o País os salários da categoria dos professores e funcionários, através da carreira unificada. Além, de descomprometer o MEC com a destinação das verbas necessárias para as universidades, abre o caminho para as fundações que prescindem de investimento privado, tornando a universidade uma empresa.

Com o esclarecimento deste quadro, o movimento nas universidades, passando a febre das eleições, tornou-se mais vigoroso e consciente.

Como declara Nara Saleto, professora do Instituto de História da UFRJ, "está conseguindo trazer a categoria para a discussão das reivindicações que não são meramente salariais". Ou, como diz o professor Nivaldo Lemos, vice-presidente da ADUFF: "Este é o momento propício para a mobilização dos estudantes e funcionários para um problema que atinge a todos."

Oposição gráfica

Dia 7 começam as eleições

Nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro, haverá eleições para a Diretoria do Sindicato dos Gráficos de São Paulo. Estão inscritas duas chapas: a Chapa 1 é chefiada por Maffei, atual presidente do Sindicato que, em 1964, foi colocado como interventor no Sindicato. A Chapa 2, de oposição, é apoiada por várias correntes, inclusive pelo Núcleo de Gráficos do PT.

Carlos de Souza Oliveira, da Chapa 2 e membro desse Núcleo, explicou a situação da sua categoria:

"A categoria tem trinta mil trabalhadores, divididos em gráficos de Casa de Obras (tipografias) e gráficos de Jornais e Revistas, com diferentes datas-base para dissídio coletivo. Apesar desse número, a categoria acaba de sair derrotada, na recente campanha salarial, porque o presidente do Sindicato assinou o acordo com os patrões de Casas de Obras sem mesmo colocar em votação, na última assembléia, a aceitação da contraproposta patronal. Anteriormente, já havia assinado acordo com os proprietários de jornais e revistas."

Sem estabilidade

No segundo acordo — prosseguiu Carlos — nada consta com relação à estabilidade no emprego, que é a grande preocupação de toda a categoria. Quanto ao salário, no lugar dos 15% de reajuste reivindicados, os gráficos terão que viver com reajustes escalonados de 5 a 12%, e um piso de 39 mil cruzeiros, quando pediam 58 mil.

Oposição

Carlos explica que o presidente do Sindicato usou de manobra para evitar que a categoria declarasse greve: na assembléia decisiva, ele disse que já estava esgotado o prazo estabelecido pela lei antigreve e que, portanto, não poderia iniciar um movimento ilegal. Também quando a categoria pretendia organizar os gráficos da "Folha de S. Paulo" contra a ameaça de 200 demissões, Maffei impediu, dizendo que isso seria ilegal.

Agora — conclui Carlos — os gráficos de São Paulo podem apoiar-se na Oposição para derrotar o pelego, expulsando os patrões e a ditadura de dentro do sindicato."

LIVROS

Quadrinho é tão inocente...

Um livro que analisa as historietas

Mouzar Benedito

Moacy Cirne é uma das pessoas que mais entendem de quadrinhos no Brasil. Já escreveu livros como "A explosão criativa dos quadrinhos", "A linguagem dos quadrinhos", "Para ler os quadrinhos" e vários artigos sobre o assunto, inclusive no jornal Versus (1975-1980), um dos poucos a abrir espaço para quadrinhos não impostos pela indústria cultural e para artigos sobre eles.

Agora, já está nas livrarias mais um livro de Cirne, "Uma Introdução Política aos Quadrinhos", lançado pelas Edições Achiamé Ltda (Rio), que é indispensável para quem se interessa por esse tipo de publicação, cujos heróis têm sido sempre postos a serviço de causas políticas que os autores muitas vezes procuram ocultar.

Ideologia

Já no primeiro parágrafo o autor diz que "não existem quadrinhos inocentes, assim como não existem leituras inocentes e livros inocentes". Tio Patinhas, Mickey, Fantasma, Tarzã, Super-Homem, Brotoeja e Riquinho, entre outros, por exemplo, expressam uma ideologia "conservadora e/ou reacionária".

Por outro lado, são analisados também quadrinhos mais comprometidos com a nossa cultura, como o *Zeferino*, do Henfil, o populismo (?) do **Pererê**, o espaço liberal em que o autor coloca a **Mafalda**, o quadrinho alternativo brasileiro — os "marginais" — de circulação reduzida, os quadrinhos políticos brasileiros, etc.

O quadrinho "brasileiro" de sucesso internacional produzido pela equipe de Maurício de Sousa, o Walt Disney brasileiro (será mesmo?) merece um capítulo especial.

Enfim, tudo aquilo que os leitores mais críticos de estórias em quadrinhos pensam ou supõem — poucos pararam para pensar — é debatido neste livro: o imperialismo cultural, a ideologia dos super-heróis, o racismo, o papel da mulher nos quadrinhos e a responsabilidade social do artista quadrinheiro.

Moacy Cirne defende o quadrinho politicamente combativo, comprometido com as lutas dos trabalhadores. Vale a pena ver.

Como o Premê dita o breque

Seus integrantes conhecem música, e, nas letras, mexem com as coisas

Paulo José Moraes

Em 1979, alguns deles tocavam nos finais de semana em bares, como o Expresso 874, na região de Vila Madalena. Ali, já aparecia a crítica e a ironia tão marca registrada desse conjunto, que hoje vai-se tornando grande sucesso entre a geração mais jovem da cidade de São Paulo.

É o "Premeditando o Breque", também chamado pelo carinhoso apelido de "Premê". São seis integrantes, às vezes sete, e quem sabe, até mesmo oito, dependendo dos amigos estarem por perto.

Quem são

São eles: Mário Augusto Aydar, que chamado assim ninguém conhece, o "Biafra", que se apresenta como casado, pai, toca em bailes, pratica karatê e é formado em composição pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

Aliás, essa é uma característica desse maluco conjunto: todos são músicos excelentes, em geral formados em escolas superiores de música, e que dominam versatilmente vários instrumentos.

Outro membro do Premê é o Wandy (o também batizado Wanderley Doratiotto), com licenciatura em educação artística pela Faculdade Mozarteum.

Tem mais o Marcelo (Antonio Marcelo Galbetti), que compõe trilha para teatro, estudou danças, e é formado em instrumento na ECA-USP.

Ainda tem o Claus Erik Petersen, que é regente, também formado pela ECA-USP.

E o Oswaldo Luiz Bagnani, que além do Premê, toca contrabaixo na banda do Raul Seixas e "tem tendências de galã".

Outro da turma é o Azael de Magalhães Rodrigues Júnior, baterista, percussionista, que também toca nos conjuntos Divina Increnca e Pau Brasil.

Mas, também tem o Igor, que chegou da Europa onde andava estudando, tem o Escova que aparece de vez em quando, o Arrigo Barnabé, que é amigo e pintou durante a gravação do primeiro LP, aliás dedicado a todo o pessoal de Pau Grande, terra do Garrincha.

Essa anarquia é o Premê. Gozando a cultura estabelecida e padronizada pelas redes globos da vida.

Suas letras podem falar, e falam, de um final de semana passado na Praia Grande, quando chove, com toda a família dentro de um fuscão, avô de tanga, a avó de maiô, o totó latindo, o rádio a mil.

Mas pode também pintar uma música só instrumental, lindíssima, mostrando toda a potencialidade do grupo.

Aí, de repente, lá vem o Premê gozando outra vez, avisando que o menor abandonado é um problema social, pode ser um grande bem, mas também um grande mal.

Em seguida, pode acontecer a Marcha Turca de Mozart tocada por um fantástico quinteto de cavaquinhos demonstrando outra vez o domínio instrumental dos integrantes.

No disco, consta uma Feijoada Total, que se inicia com o lamento choroso anunciando que "mataram Luís Fernando, aquele porco jóia", e que vai terminar, após o relato de uma feijoada com todos os ingredientes, com a descarga final da privada, após o inevitável pesadelo de quem se empanturrou com a comida.

Tem também a tão solicitada, e já tocada nas rádios, "Marcha da Kombi", que conta a estória singela de uma Kombi, ano 66, que vai reflexamente, sozinha, para o Ceasa. E, por aí afora. É o humor crítico e necessário do Premê.

Festivais

Já estiveram em festivais, desde a TV Cultura, até o último MPB Shell, da Globo, onde chegaram a se classificar para a final, não sendo entendidos pelo público carioca, com o seu humor tão paulista, gozando até a linguagem paulistana, e seus costumes. Mas, não se abateram, e vão em frente.

Costumam muito pintar nos shows do PT, como no lançamento da campanha, ou o último, no Corinthians. Acham, como já disseram antes, o PT a expressão mais popular que existe, e esse é o canal a que o Premê quer chegar, junto do povo.

E, o povo, que tem ido vê-los cantar e dançar (sim, eles fazem uns passos "preciosos" em cima do palco), tem garantido que o Premê já ganhou o seu espaço. A cultura, que, criticada, pode fazer sua opção não tão elitista, também ganha com isso. E lá vai o grupo, explicando que quer pinga com limão, quer a esfiha feita pela mãe dó amigo árabe, que quer um brevê, que, enfim, quer provar que talento e bom humor juntos dão nisso, um Premeditando o Breque.

Existem os direitos civís no Brasil?

Antonio Carlos de Moura

Torna-se uma tarefa difícil responder afirmativamente à pergunta-título, após a leitura deste livro de Hélio Bicudo: fica claro que as condições mínimas para os governados viverem com dignidasde foram sempre negligenciadas pelos governantes, do Império à República, da II República até os nossos dias. Bicudo com extrema lucidez detecta em todos os períodos históricos a luta permanente dos oprimidos contra as elites detentoras do poder econômico.

O livro é "Direitos Civis no Brasil, existem?", de Hélio Bicudo, da Editora Brasiliense, com 106 páginas.

Ao leitor fica transparente a idéia de que o homem essencialmente é um ser social; viver para ele significa entrar em coexistência com seus semelhantes.

Mas Hélio Bicudo lembra que a um certo nível de desenvolvimento essa coexistência necessária à sobrevivência humana produz sua própria negação: os mais fortes economicamente passam a usar os meios mais violentos possíveis para obter a subordinação da maioria da população, desrespeitando os princípios básicos da justiça social e dos Direitos do Homem.

Em "Direitos Civis no Brasil, existem?", Hélio Bicudo demonstra a luta cotidiana do homem comum em favor dos seus direitos fundamentais — saúde, educação, trabalho —, direitos sintetizados na palavra liberdade.

Um beijo na boca e um chute no peito

A peça de Manuel Puig está fazendo grande sucesso no Rio e em São Paulo

Paulo José Moraes

No Rio, em 1981, ganhou o prêmio MEC, como melhor espetáculo do ano. Seus atores também foram premiados. Ficou com casa cheia toda a temporada carioca e estreou em São Paulo, lotando o teatro Ruth Escobar, onde está sendo apresentado esse texto tão importante.

Trata-se de "O beijo da mulher-aranha", adaptação cênica da novela homônima de Manuel Puig, argentino, autor de "The Buenos Aires Affair", "Pubis Angelical", "A traição de Rita Hayworth" e outras obras consagradas. "O beijo da mulher-aranha" já ganhou traduções para o português, francês, italiano, inglês, alemão e outras línguas, sendo já adaptado para teatro na Espanha e na Itália, e sendo preparado nos Estados Unidos. No Brasil, a tradução foi de Dina Sfat e Paulo José, e a direção é de Ivan de Albuquerque. Os cenários e figurinos, muito bem feitos, são de Anísio Medeiros. Os atores são Rubens Corrêa, fazendo o homossexual Luís Alberto Molina, e José de Abreu, fazendo o preso político Valentim Arregui Paz.

Cela de presídio

A ação se passa toda dentro de uma cela do presídio de Villa Devoto, em Buenos Aires, mas que poderia ser qualquer presídio Tiradentes. A época é a atual. Na mesma cela, Molina, preso por "perversão de menores", homossexual, lembrando da velha mãe doente, conta velhos filmes para Valentim, preso político que dissimula seus sonhos com a noiva e com a amiga militante, ouvindo atento o relato do companheiro de cela. Aí, desfilam estórias como a da mulher-pantera, que Molina desfia cheio de detalhes para o prazer de Valentim.

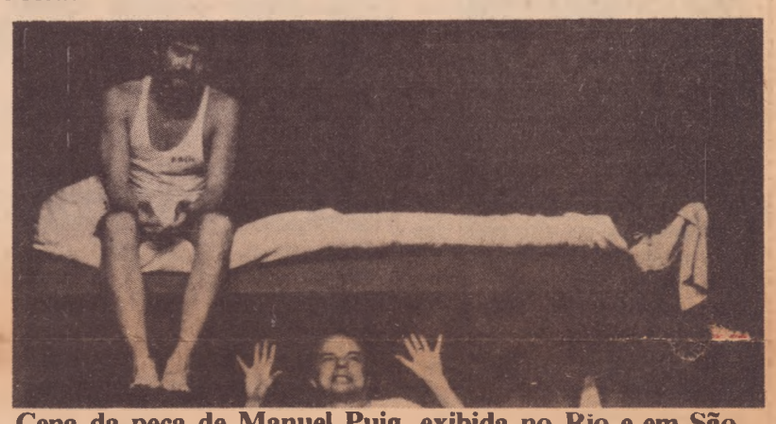
Mas, toda uma postura política e todo um prazer sexual estão também presentes na relação dos dois presos. E é aí que o texto mostra um trabalho, no mínimo, maravilhoso de Rubens Corrêa e José de Abreu.

Rubens Corrêa iniciou sua carreira em 1955 e já fez "O jardim das cerejeiras", "Marat-Sade", "O assalto", "O arquiteto e o imperador da Assíria" e várias outras peças de sucesso, tendo também atuado como diretor e em cinema (Álbum de família).

José de Abreu começou como ator em 1967, no Tuca, fazendo "O & A", já esteve pela Rede Globo em algumas novelas, ganhou o prêmio de melhor ator no festival de Gramado em 1980 pelo filme "A intrusa". Aliás, em termos de prêmios, Rubens Corrêa coleciona Molières, Golfinhos de Ouro, Prêmios APCTs e outros. José de Abreu inicia aí sua carreira de prêmios.

Elogios

A crítica toda do Brasil, e até de Buenos Aires, vem elogiando seguidamente o espetáculo, um dos melhores já mostrados em todos os tempos, que é sustentado pelo seu texto maravilhoso e pelas atuações perfeitas de seus dois atores. Valentim e Molina sensibilizam até torturadores que por acaso assistam ao espetáculo. E, no texto, é lembrado que se as mulheres fossem as algozes, não haveria tortura.



Cena da peça de Manuel Puig, exibida no Rio e em São Paulo

O surpreendente e maravilhoso final, que consagra a relação política e social que os dois presos são forçosamente obrigados a manter, é um prêmio para o espectador, que não tem como deixar de refletir sobre o que lhe é mostrado.

Esse texto, que foi proibido na Argentina pela Junta Militar do general Videla, fez com que o autor, Manuel Puig, fosse parar num exílio no México, terra que produz cinematograficamente obras semelhantes a sua mulher-pantera. O autor diz: "Outra vez o sonho de transformar a minha vida numa película... Nunca me identifiquei como um personagem; eu queria ser o celulóide do filme, não a carne, os ossos. Queria ser essa luz, esse branco e preto irreal."

Após a peça, Rubens Corrêa e José de Abreu comentam a importância do PT, apesar de que nenhum vota em São Paulo, se estivessem aqui teriam votado no Lula. José de Abreu veio do Interior paulista, Santa Rita do Passa Quatro, e foi até Pelotas, no Rio Grande do Sul. Rubens Corrêa saiu do Mato Groso para chegar ao Rio. Ambos sabem da importância desse trabalho que estão fazendo, e acham graça em críticos voluntários que tentam regular a postura política ou social de seus personagens. Quem vê a peça, percebe toda a dignidade que está presente no Molina e no Valentim, ao final. E só isso, já teria valido a pena ser visto.

"O beijo da mulher-aranha", um inesquecível e fundamental beijo na boca, ao mesmo tempo um violento e necessário chute no peito. O mais bonito e importante texto sendo exibido em São Paulo atualmente.

PASSATEMPO

Palavras Cruzadas

Solução do Número Anterior

D	E	B	A	T	E	*	V	A	R	A
O	B	E	L	I	S	C	O	*	O	N
M	O	T	I	M	*	O	T	I	M	Ã
I	*	H	A	B	I	T	A	Ç	Ã	O
N	O	*	*	A	R	A	R	A	*	*
O	B	A	*	L	A	R	*	R	E	U
*	R	E	L	E	R	*	R	O	X	A
G	A	R	I	*	*	C	Ã	*	A	L
E	R	E	M	I	T	A	*	O	L	E
L	*	O	B	T	E	R	*	P	A	*
O	I	*	O	A	*	O	P	A	R	*

JORNAL DOS
Trabalhadores
ANO I – Nº 17 – Quinzenal – 26 de novembro de 1982 – Cr$ 80,00

Dias antes das eleições, o PT reuniu mais de cem mil populares diante do Estádio do Pacaembu, em São Paulo (Foto: Juca Martins / F4)

Os primeiros dados da campanha petista

Inicia-se o processo de avaliação pelo conjunto do PT em todo o País

A contagem dos votos das eleições de 15 de novembro vai chegando ao fim em todo o País. Em alguns Estados as apurações já estão encerradas e os Tribunais Regionais Eleitorais vão divulgando os resultados oficiais.

Conhecidos os números das urnas, o Partido dos Trabalhadores está começando uma ampla avaliação do pleito. O Comitê Eleitoral Unificado Nacional — composto pelos companheiros Apolônio de Carvalho, do Rio de Janeiro; Francisco Weffort, de São Paulo; e Helio Doyle, de Brasília — já realizou, no dia 20 de novembro, uma primeira reunião em São Paulo com vistas à preparação de um documento para o Diretório Nacional do PT debater e distribuir aos Diretórios Regionais.

Por sua vez, o Diretório Regional de São Paulo reuniu-se na Assembléia Legislativa paulista, nos dias 23 e 24 de novembro, e já produziu um primeiro documento de avaliação para a discussão. Todas essas avaliaçõess da campanha e de seus resultados serão objeto de uma reunião que a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores convocará proximamente.

Reuniões

Em todos os cantos do País o PT está trabalhando na análise e na reflexão sobre os resultados obtidos em 15 de novembro. Na cidade de São Paulo, os Diretórios da Lapa, da Vila Madalena e outros já fizeram seus encontros. Também o Diretório Regional de Minas Gerais se reuniu, o Diretório Regional do Rio Grande do Sul fez uma e já marcou outra reunião, e o Diretório Regional da Bahia vai se reunir em breve.

O **Jornal dos Trabalhadores**, de seu lado, juntando-se aos esforços do PT em todo País no sentido de uma ampla e eficaz avaliação do pleito de 15 de novembro, está publicando nesta edição um questionário aos seus leitores na página 4; um Editorial, na página 2, e, na página 5, uma entrevista com Gilson Menezes, prefeito eleito do Município de Diadema, em São Paulo.

Baixa votação

O esforço do PT nessas próximas semanas é exatamente o de utilizar os dados definitivos das apurações para a formulação de um quadro crítico do desempenho partidário, a nível nacional.

O Partido dos Trabalhadores não conseguiu eleger nenhum governador e nenhum senador em todos os Estados onde concorreu às eleições majoritárias. Para os cargos proporcionais, a votação foi baixa na maioria dos Estados, mas o desempenho foi melhor em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Acre.

Dezenas de vereadores do PT foram eleitos, especialmente em São Paulo, Minas Gerais, Bahia Rio de Janeiro e outros Estados. O Partido conquistou a prefeitura de Diadema, em São Paulo, e, ao que tudo indica, a de Esperantina, no Piauí.

Fraudes

Em Niterói ficou evidente a intenção dos juízes eleitorais em fazerem vistas grossas às fraudes que visavam favorecer os candidatos do PDS. Aliás, o candidato oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, tinha sido prefeito nomeado daquela cidade.

Em Niterói, não existia voto desvinculado contra o PDS, votos em branco eram reescritos, as atas das urnas surgiam com alterações, os mapas eram escritos a lápis e posteriormente alterados, e algumas urnas surgiam de locais desconhecidos.

Os fiscais do PT denunciaram todas essas irregularidades, e a resposta foi a agressão sofrida pelo candidato a vereador, Carlos Sá, espancado pelos seguranças do PDS.

Oficial

Em São Paulo, onde o Tribunal Regional Eleitoral já proclamou oficialmente os resultados finais, é a seguinte a posição do PT:

Lula obteve 1.144.648 votos, correspondentes a 9,86%; para o Senado, Jacó Bittar teve.... 1.098.167, ou 9,46%. Em São Paulo votaram 11.597.985 eleitores, havendo 10,06% de votos brancos e 3,33% de votos nulos.

Para a Câmara dos Deputados, o PT paulista elegeu 6 deputados: Djalma Bom (com 164.398 votos), Eduardo Suplicy (83.189), Bete Mentes (83.156), Irma Passoni (80.432), Aírton Soares (59.773) e José Genoíno (58.650). Para a Assembléia Legislativa, nove deputados: José Cicote (81.118), Expedito Batista (62.845), Eduardo Jorge (42.501), Anísio Batista (40.211), Marcos Aurélio Ribeiro (37.596), Sérgio dos Santos (30.918), Paulo Frateschi (28.997), Paulo Diniz (28.818) e Geraldo Siqueira (28.556). Para a Câmara de Vereadores da Capital, cinco vereadores: João Alves (32.580), Tereza Lajolo (26.076), Luísa Erundina (26.043), Irede Cardoso (22.258) e Cláudio Gomes (23.426). O PT elegeu o prefeito de Diadema, Gilson Menezes.

Nos Estados do Acre, Bahia, Minas e Rio também foram eleitos vereadores, bem como deputados. Em Belo Horizonte foi eleita vereadora Helena Grecco, dos movimentos de Anistia.

Documento

É a seguinte a íntegra do documento de avaliação de campanha aprovado pela Comissão Executiva do Diretório Regional de São Paulo:

"1 — O PT saúda o resultado das eleições em São Paulo como uma evidência clara de que a população do Estado repudia a política do PDS e do sistema de 1964.

2 — Constatando que o novo governo estadual obteve uma votação expressiva em uma eleição que, apesar das limitações da lei eleitoral e da influência do poder econômico, foi mais competitiva e por isso mais legítima do que as anteriores, o PT entende que se abrem perspectivas favoráveis a um avanço da democracia.

3 — O PT tem todas as razões para estar satisfeito com sua campanha em São Paulo. Apesar dos erros naturais em qualquer campanha, e que serão objeto de avaliação e correção pela base do Partido, conseguimos trazer irreversívelmente para a política e colocar em postos legislativos gente que até hoje só tinha servido de massa de manobra dos políticos tradicionais, e conseguimos também pela primeira vez na história deste país grandes mobilizações de massa, sem o patrocínio governamental ou do poder econômico.

4 — O PT tem também razões para estar satisfeito com a votação obtida em nosso Estado. Ao contrário do que alguns apressados afirmaram, nossa votação em São Paulo mostra que nossa proposta obteve ressonância em setores significativos da população e que saímos do pleito como uma força política real no Estado e no País.

5 — Fiel à sua proposta de ampliar a participação popular, o Partido está organizando uma ampla consulta às suas bases para avaliar os resultados da campanha e fixar sua posição diante do novo quadro político formado em São Paulo."

Os espaços abertos pelas lutas do PT

Fala Benedita da Silva

RIO — "Acho que não alcançamos nas eleições o número de votos que esperávamos. Porém, se formos considerar a questão no nível dos movimentos sociais, veremos que o Partido dos Trabalhadores avançou bastante nesse processo eleitoral porque foi ele quem abriu espaços para que este segmento da sociedade, constituído pelo favelado, pelo negro, pudesse colocar o que queria de um Partido, coisa que até então ninguém fez."

As declarações são de Benedita da Silva, uma das candidatas mais votadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, até agora, pelos dados extra-oficiais, a única representante do PT naquela casa. Simples, de fala mansa e com um rosto tão jovem que chega a confundi-la com a filha de 21 anos, a auxiliar de enfermagem Benedita da Silva é há mais de 20 anos moradora do Chapéu Mangueira, de onde ajudou a criar a associação de moradores local, a Federação das Associações de Favelas do Rio (Faferj), e, por fim, o diretório zonal do PT.

Balança

Cautelosa nas definições — "Brizola poderá fazer um bom Governo mas ainda não dá para dizer nada" —, Bené acha que o PT agora deve procurar fazer um balanço profundo da sua participação nas eleições do dia 15 passado, de forma a levantar os erros que foram praticados e a maneira de como superá-los, "já que a luta continua e o PT está nela até o fundo".

"Temos que considerar que não foi somente a burguesia desesperada que votou no Moreira Franco" — observa Bené. "Houve setores populares que também votaram nele e nós temos que questionar por que esses setores preferiram o candidato do PDS, assim como questionar por que o PT não chegou a esses setores".

O Parlamento

Observando que o PT alcançou determinados setores a que outros não chegaram — ela cita a integração que o Partido conseguiu entre os setores populares e a chamada classe média — Benedita, entretanto, vê que o PT incorreu em alguns erros que muito o prejudicaram.

Ela cita, por exemplo, a imagem que "ainda persiste" de que o PT é um partido do trabalhador de macacão e outro problema que é sobre a visão que o PT tem do papel do Parlamento.

Visão

"Não ficou clara para as pessoas a nossa visão sobre o Parlamento" — diz Bené. "Da visão que temos, de que o Parlamento não é a única forma de luta importante para os trabalhadores, muita gente entendeu que o PT não considerava ele importante. Foi um erro nosso. Não soubemos passar a nossa visão e, hoje, uma das coisas que estas eleições ensinaram, pelo menos para mim, é de que para o nosso povo o Parlamento ainda é importante."

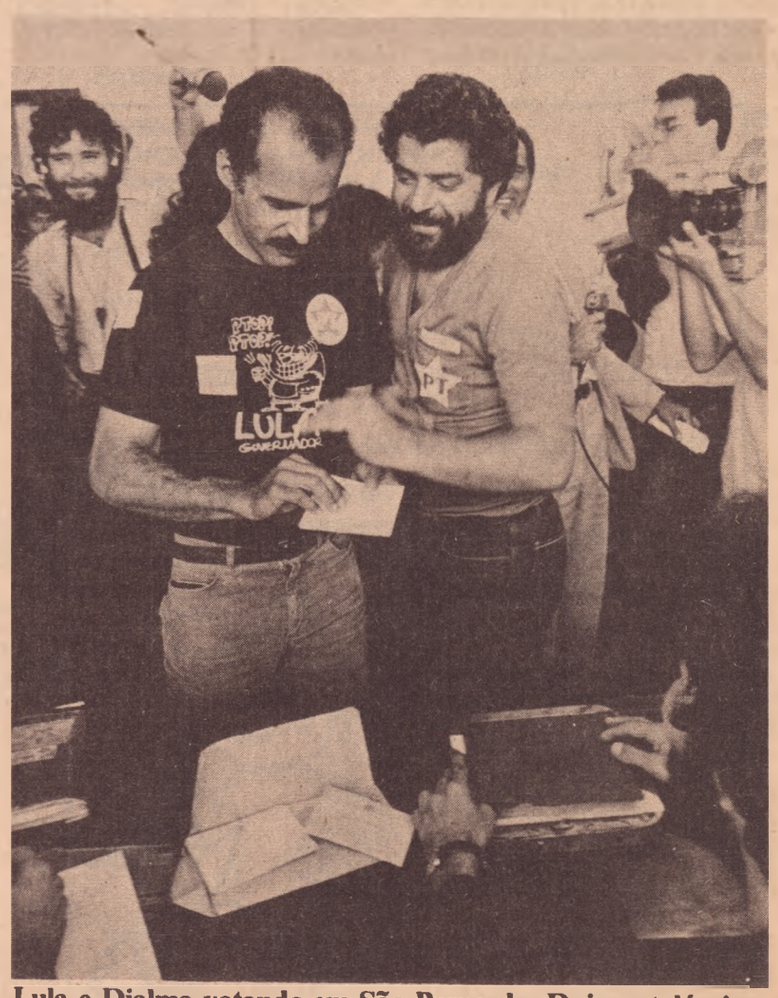
Dentro desse tipo de análise, a candidata eleita do PT do Rio com o slogan "Negra, Mulher e Favelada", aponta também que houve por parte do partido, "uma certa subestimação dos valores presentes no meio do povo".

"O povo, por exemplo, queria dar seu voto mas em quem ganhasse. Ele não queria votar para perder. E nós não soubemos dar resposta a isto, mesmo porque não começamos a campanha falando em ganhar" — disse. "Já o Brizola soube captar esse tipo de eleitorado, tanto pelo seu carisma, como também porque teve gente que votou nele consciente mas muitos votaram no desespero e outros como forma de protesto."

Núcleo de Base

Bené acha que o trabaho daqui para frente será muito árduo porque a proposta do PT "é de organizar politicamente os trabalhadores, o que não se consegue de um dia para outro". Neste sentido, ela aponta o trabalho dos Núcleos de Base como fundamental, no sentido da conscientização e da fiscalização que venha a se exercer sobre o novo Governo.

"Pelo menos nos morros e entre os negros o trabalho de organização será muito grande. É só ver o número de telefonemas que tenho recebido, de gente querendo saber quando é a reunião... Agora é pegarmos o programa do Partido, as plataformas dos movimentos sociais e os compromissos assumidos pelo candidato eleito durante a campanha, e fazermos política em benefício dos interesses da população do Estado, principalmente, os negros, os favelados, os trabalhadores, enfim."



Lula e Djalma votando em São Bernardo. Dois metalúrgicos, fazendo política com as próprias mãos e com a própria cabeça. (Foto: Bio Zenha)

Trabalhadores exigem terras

Na paralisação da Chesf, a reivindicação dos homens do campo

Os trabalhadores rurais de diversas comunidades do Município de Glória, na Bahia, paralisaram os serviços da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). A decisão foi tomada pelos trabalhadores após a indiferença da empresa em atender as suas reivindicações. Desde o início da construção das obras os trabalhadores têm reivindicado reassentamento em terras por eles escolhidas e mudanças na forma de exploração das jazidas de argila e cascalho. A forma como a empresa explora as jazidas provoca uma poeira que causa prejuízos nas plantações próximas.

Prejuízos

No começo do ano o Sindicato dos Trabalhadores Rurais reclamou, na empresa, dos prejuízos causados pela poeira provocada pela exploração das jazidas. A empresa garantiu, oficialmente, resolver a situação, indenizar as vítimas dos prejuízos e colocar as famílias em outras terras.

Assim que a empresa recolocou suas máquinas para funcionar, os trabalhadores perceberam que nenhuma medida fora tomada. Decidiram, então, impedir a entrada das máquinas nas jazidas.

Sem solução

Com a paralisação das obras, a Chesf prometeu, de novo, reassentar os trabalhadores e mudar a forma de exploração. Os trabalhadores decidiram continuar com a paralisação e exigiram que no prazo de 90 dias a Chesf recolocasse as famílias prejudicadas, demarcasse toda a área de inundação do lago e desapropriasse as áreas indicadas pelos trabalhadores. A empresa não tomou nenhuma medida para atender às reivindicações e tentou aliciar famílias para desistirem do reassentamento e aceitar indenizações. Os trabalhadores exigiram uma reunião com a diretoria da Chesf, ocasião em que reafirmaram suas posições, sem abrir mão das reivindicações. As negociações prosseguiram e tudo fazia crer que a empresa atenderia às propostas.

Ação judicial

No fim de agosto a empresa ameaçou os trabalhadores com uma ação judicial de emissão de posse, contrariando as negociações. Estabeleceu-se uma situação em que não se descarta a possibilidade de confronto.

Os trabalhadores mantêm as máquinas afastadas da área de exploração das jazidas, com a firme intenção de somente liberar a área quando a empresa acatar as reivindicações.